

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER**

LUCAS MHATTEUS B. DE LIMA

**SUICÍDIO COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL: POSSIBILIDADES
PARA A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

BRASÍLIA

2019

LUCAS MHATTEUS B. DE LIMA

**SUICÍDIO COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL: POSSIBILIDADES
PARA A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em
Serviço Social na Universidade de
Brasília

Orientadora: Prof.^a Ma. Isabela
Ramos Ribeiro

BRASÍLIA

2019

TERMO DE APROVAÇÃO

SUICÍDIO COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL: POSSIBILIDADES PARA A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

por

LUCAS MHATTEUS B. DE LIMA

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi apresentado em 04 de Julho de 2019 como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Me. Isabela Ramos Ribeiro
Prof.(a) Orientador(a)

Dra. ^a Janaína Lopes do Nascimento Duarte
Membro titular

Dra. ^a Mariléia Goin
Membro titular

- O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do Curso -

Dedico a Jesus.

Dedico este trabalho para a
categoria profissional e para todos
os nossos usuários que são vítimas
das intempéries de nossa sociedade.

Dedico à minha família e amigos preciosos.

AGRADECIMENTOS

Certamente estes parágrafos não irão atender a todas as pessoas que fizeram parte dessa importante fase de minha vida. Portanto, desde já peço desculpas àquelas que não estão presentes entre essas palavras, mas elas podem estar certas que fazem parte do meu pensamento e de minha gratidão.

Primeiramente, agradeço a Deus por me oferecer a vida e a salvação por intermédio de meu Salvador, Jesus Cristo. Ele tanto me acompanhou nesse processo e me auxiliou nos momentos que pensei que não iria conseguir. Meus singelos agradecimentos, Pai.

Agradeço a minha orientadora Profa. Mestra Isabela, pela sabedoria com que me guiou nesta trajetória, pela paciência em corrigir meus equívocos e pela dedicação ao desafio que este trabalho a proporcionou.

Aos meus colegas de curso, principalmente àqueles que se tornaram meus amigos! Não irei citar nomes, pois tenho um grave problema de esquecer de alguns, e não quero cometer esse erro! Mas aqui deixo os meus singelos agradecimentos pelas amizades que fiz nesse curso. Amizades nas quais me proporcionaram grandes momentos de alegria e de aprendizado. Sou muito grato pela vida de vocês e pelo carinho que me demonstraram nesse extenso período dentro da universidade.

À Secretaria do Curso, pela cooperação.

Gostaria de deixar registrado também, o meu reconhecimento à minha família, pois acredito que sem o apoio deles seria muito difícil vencer esse desafio. Agradeço, especialmente, aos meus pais, Roberto Carlos e Márcia de Paula, que acreditaram em mim e lutaram contra tudo que vinha de contrário neste período, para me proporcionarem as condições necessária para eu realizar esta graduação. Obrigado por investirem em minha vida e por serem exemplos para mim! Obrigado por acreditarem em mim. Amo vocês.

Enfim, a todos os que por algum motivo contribuíram para a realização desta pesquisa.

A desvalorização do mundo humano
aumenta em proporção direta com a
valorização do mundo das coisas
(MARX, 2004)

RESUMO

LIMA, Lucas. **Suicídio como expressão da Questão Social**: Possibilidades para a atuação do Serviço Social. 2019. 80 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade de Brasília. Brasília, 2019.

Este trabalho apresenta uma análise teórico-crítica sobre a problemática do suicídio na sociedade atual. O objetivo central deste trabalho é caracterizar o suicídio como expressão da questão social e problematizar as ações do Estado frente à essa demanda, destacando a atuação do Assistente Social. A partir da apreensão teórica e metodológica marxista e por meio de uma pesquisa bibliográfica – referenciada principalmente em Marx (2006) e Durkheim (2000) – e documental, foi destacado que o Serviço Social tem um papel fundamental na prevenção do suicídio. Desse modo, o suicídio é caracterizado como expressão da questão social e, portanto, deve ser encarado pela profissão como uma demanda de saúde pública, não podendo ser negligenciada a sua prevenção e o acompanhamento de pessoas em situação de sofrimento.

Palavras-Chaves: Suicídio. Questão Social. Prevenção. Assistente Social.

ABSTRACT

LIMA, Lucas. Suicide as an expression of the Social Question: Possibilities for the performance of Social Work. 2019. 79 s. Graduation Work (Bachelor of Social Work) – University of Brasilia. Brasília, 2019.

This paper presents a theoretical-critical analysis on the problem of suicide in today's society. The main objective of this study is to characterize suicide as an expression of the social question and to problematize the actions of the State in response to this demand, highlighting the role of the Social Worker. From the theoretical and methodological Marxist apprehension and by means of a bibliographical and documentary research - referenced mainly in Marx (2006) and Durkheim (2000), it was emphasized that the Social Work plays a fundamental role in the prevention of suicide. In this way, suicide is characterized as an expression of the social question and, therefore, must be considered by the profession as a public health demand, and its prevention and the accompaniment of suffering people can not be neglected.

Keywords: Suicide. Social issues. Prevention. Social Worker.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 – CONSTÂNCIA DO SUICÍDIO NOS PRINCIPAIS PAÍSES DA EUROPA 31

LISTA DE ABREVIATURAS

CF	Constituição Federal
QS	Questão Social
PeP	Projeto ético-político

LISTA DE SIGLAS

ABESS	Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CAPS	Centros de Atenção Psicossocial
CVV	Centro de Valorização da Vida
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CEDEPSS	Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social
LOSS	Lei Orgânica da Seguridade Social
LOS	Lei Orgânica da Saúde
MS	Ministério da Saúde
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPAS	Organização Pan-Americana da saúde
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. A QUESTÃO SOCIAL.....	16
1.1 QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL.....	22
2. DEFININDO SUICÍDIO.....	25
2.1 SUICÍDIO COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL.....	29
2.2 PARTICULARIDADES NO BRASIL.....	35
2.3 SUICÍDIO NA ATUALIDADE BRASILEIRA.....	41
3.SUICÍDIO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL.....	57
3.1 O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL NA PREVENÇÃO AO SUICÍDIO: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO NO CAMPO DA POLÍTICA DE SAÚDE.....	63
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS.....	75

INTRODUÇÃO

Na atualidade, o suicídio é um fator preocupante. De acordo com a OMS (2016), a cada 40 segundos uma pessoa se mata no mundo, e a cada 45 minutos ocorre um suicídio no Brasil¹. O suicídio é um problema de saúde pública, uma expressão da questão social, e um retrato de uma sociedade adoecida, que necessita de uma transformação radical. Embora reconhecida como importante neste contexto, a compreensão da dimensão psicológica de tal ato não é tarefa deste trabalho, mas sim entender as influências sociais que incitam este indivíduo a realizar o ato suicida. Tal problemática no Brasil, estimula uma profunda reflexão sobre os valores da sociedade contemporânea, bem como o questionamento sobre como tais valores influenciam e intensificam o suicídio.

A tese aqui defendida é que a ampliação de tal fenômeno é uma das expressões do surgimento e consolidação da sociedade capitalista. A natureza desse fato está intrinsecamente relacionado às relações sociais burguesas, na divisão social de classes e no modo de produção capitalista. Parte-se deste pressuposto, visto que o aprofundamento e a disseminação do suicídio entre os indivíduos de diversas sociedades, ocorre no processo de maturação do capitalismo, estendendo-se até os dias atuais.

De acordo com Marx (2006), o isolamento e o individualismo geram uma solidão em massa. Partindo desse pressuposto, caracterizar-se-á o suicídio como um mal da sociedade burguesa atual. Entretanto, parte-se do entendimento que o suicídio não possui um único “porquê”. Sendo assim, jamais poderá ser reduzido a uma única causa. O que pretende-se dizer através deste trabalho é que o suicídio tem, em suas determinações, aspectos sociais - caracterizando-o como expressão da questão social por meio da teoria social marxista.

Neste sentido, em 2006, o Ministério da Saúde lançou em âmbito federal a Estratégia Nacional de Prevenção ao Suicídio, contendo as Diretrizes

¹ De acordo com a reportagem disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/05/25/a-cada-45-minutos-uma-pessoa-se-suicida-no-brasil-dizem-especialistas-na-cas> Data da consulta: 17/06/2018.

Nacionais de Prevenção ao Suicídio, instituído pela Portaria Nº 1.876, de 14 de agosto de 2006, e lançou o documento intitulado “Prevenção do Suicídio: Manual dirigido a profissionais das equipes de saúde mental”. Essa iniciativa do governo federal denota a proporção que o suicídio tomou na sociabilidade capitalista no Brasil, necessitando de ações continuadas e sistematizadas dos órgãos públicos dos Estados, Municípios e do DF. Esses documentos foram alvos de estudos do presente trabalho, sustentando a metodologia de pesquisa documental.

Foi a partir dessa data que o Ministério da Saúde (MS) se posicionou de maneira mais incisiva frente às altas taxas de suicídio da população brasileira como já pontuado anteriormente. Por conseguinte, visando efetivar as estratégias do MS, no ano de 2017, foi instituído, pela portaria nº 3.479, de 18 de dezembro, o Comitê composto por representantes das Secretarias do MS e OPAS/OMS, para a elaboração e operacionalização do Plano Nacional de Prevenção do Suicídio no Brasil, uma Agenda de Ações Estratégicas, além de outras atividades. Esses documentos também foram alvo de estudos para a realização do presente trabalho.

Por conseguinte, partir-se-á da ideia de que há uma objetivação e uma ancoragem nas representações sociais do suicídio. Diante disso, o objetivo central deste trabalho é caracterizar o suicídio como expressão da questão social e problematizar as ações do Estado frente à essa demanda, destacando a atuação do Assistente Social. Categorizar essas representações é essencial para apreensão do real significado do ato que caracteriza a morte de si mesmo. Por isso, compreender as particularidades sociais, torna-se um dos objetivos principais deste presente trabalho, sempre tendo como horizonte a apreensão mais profunda do objeto proposto.

Diante disso, sabe-se que o Serviço Social tem um papel fundamental no enfrentamento ao suicídio. Portanto, analisar-se-á o importante papel dos assistentes sociais brasileiros na prevenção do suicídio, caracterizando quais as formas de atuação existentes, partindo do pressuposto de que os campos de trabalho dos profissionais em questão, principalmente o Estado trazem implicações para a atuação profissional perante o tema em tela. Como o Estado tem tomado decisões frente ao suicídio? Por que o suicídio continua sendo um

tabu? Será que o mesmo denuncia as inúmeras contradições da sociedade atual? Essas questões geram angústias, trazendo uma necessidade do debate sobre o tema, não apenas um debate psicológico sobre isso², mas um debate que alcance um horizonte maior de categorias envolvidas no problema.

A aproximação com este objeto de estudo se deu durante a graduação do aluno referenciado neste trabalho. Ele se dedicou ao estudo do tema a partir das matérias “Pesquisa Social 1 e 2”, usando o recorte de universitários: “Suicídios de Universitários na Universidade de Brasília no ano de 2018”. Ademais, o tema também o interessou a partir de experiências pessoais e perdas de amigos por meio do autoextermínio.

Posto isto, o presente trabalho trará os seguintes eixos: a) Definição histórica da Questão Social; abalizada como categoria principal do debate aqui proposto; após isso, irá se debater sobre b) a relação do suicídio com a sociabilidade capitalista, por meio de uma apreensão histórico-dialética: o suicídio como expressão da questão social; e, por fim, será argumentado sobre c) o papel do Assistente Social nessa temática, problematizando as ações do Estado brasileiro nos anos de 2011-2019. O primeiro eixo se caracteriza por ser um debate mais conceitual. Após isso, o suicídio é caracterizado dentro das complexas relações sociais e históricas. Por último, será realizado um debate sobre a atuação do Serviço Social na política de prevenção ao suicídio.

Salienta-se que os procedimentos metodológicos e o embasamento teórico são definidos como levantamentos documentais e bibliográficos. Estes primeiros foram realizados principalmente a partir dos documentos publicados pelo Ministério da Saúde sobre a temática do suicídio, a partir do ano de 2006. Por outro lado, estes últimos foram pautados principalmente na obra de Marx (2006), denominada “Sobre o Suicídio” e na obra de Durkheim (2000), conhecida como “O Suicídio: estudo de Sociologia”.

² Não desmerecemos nessa fala o trabalho dos psicólogos e psiquiatras.

1. A QUESTÃO SOCIAL

Antes de se adentrar ao denso debate sobre o suicídio, será preciso definir alguns pressupostos teóricos. Entre estes se encontra a definição da Questão Social, tema que é utilizado por teóricos a mais de um século e meio. É preciso, antes de mais nada, entender que, para se definir Questão Social, deve-se partir de dois eixos: primeiro, o tema é totalmente histórico, isto é, ele surge em um determinado local e momento da história da humanidade – Europa, século XIX; e, segundo, o tema está intimamente relacionado com o surgimento do modo de produção Capitalista. É preciso entrelaçar estes dois princípios com o fim de tornar a compreensão sobre a QS³ mais completa possível. A dinâmica e a complexidade desse objeto teórico têm de ser considerada e respeitada.

A Questão Social é uma das temáticas mais discutidas pelo Serviço Social, já que esta é objeto de formulação política, teórica e metodológica da profissão. O uso dessa expressão se inicia na terceira década do século XIX, ainda que por parte de outras profissões e não necessariamente pelo Serviço Social.

Neste primeiro momento, é de grande importância destacar o papel primordial do desenvolvimento do capitalismo no que diz respeito à Questão Social. O capitalismo é o que a determina e a desdobra em várias expressões. Segundo Yamamoto (1998, p.27):

A Questão Social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

A Europa Ocidental sofre, neste período histórico, os impactos da primeira onda industrializante, quando o capitalismo passa pelo estágio industrial-concorrencial. Tratava-se de um fenômeno absolutamente novo na história da humanidade, onde se via uma grande parcela da população adentrando as portas da pobreza e da miséria. Os diversos estudiosos da época,

³ Aqui optamos por utilizar a sigla “QS” como referência para o termo Questão Social. Decidimos por utilizar essa estratégia, pois este nome será repetidamente falado nos parágrafos e supomos que a repetição pode ser cansativa ao leitor.

independentemente de suas posições políticas, observaram que se tratava de um processo social que nunca havia acontecido na história da humanidade (NETTO, 2011).

Se referindo a esse momento, Netto (2011, p. 153) diz que “pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riqueza”. Este fenômeno se tornou algo surpreendente: como a sociedade tinha mais condições de se tornar igualitária, dando oportunidades melhores de vida, mas, ao mesmo tempo, uma massa de homens e mulheres se afundavam na miséria? A pauperização⁴ (como expressão desse novo fenômeno) da população que antes possuía mais acesso aos meios de produção por meio dos feudos, mas que, num instante, se encontra obrigada a se submeter às condições da nova sociedade burguesa, caracteriza – em primeira instância, levando-se em consideração os aspectos políticos da resistência desta mesma população em destaque – o surgimento do capitalismo, e a designação de “questão social”.

Esse processo, caracterizado pela apropriação privada da riqueza social, é um dos elementos do que Marx define como a “Lei Geral de acumulação capitalista” (MARX, 2013). Para explicitar tal processo, o autor demonstra como a taxa de crescimento da população - e o seu suposto poder de consumo - era desproporcional ao crescimento da riqueza (lucros, rendas fundiárias, etc), do valor dos salários e do preço das mercadorias, destacando que a “acumulação do capital foi acompanhada simultaneamente pela sua concentração e centralização” (MARX, 2013, p. 882). Isto é, a riqueza social é produzida por uma parte da população (a classe trabalhadora) apenas. Todavia, tal riqueza, ainda que produzida por esta parcela, não é apropriada por ela. Antes, a maior parte desta (se não toda) era apossada por outra parcela da população: a classe burguesa. É nesse complexo processo de relações sociais desiguais que a classe trabalhadora fica isenta da participação dos benefícios dessa produção, tornando-se miserável no tempo em que a classe burguesa torna-se abastada. Marx demonstra bem isso ao dizer que

⁴ Este termo é utilizado por Netto (2011) para se referir ao empobrecimento das massas nesse período histórico. Para mais informações sobre este tema, conferir Netto (2011).

Uma das características mais melancólicas da situação social do país” - diz Gladstone - “é que a diminuição da capacidade de consumo do povo e o aumento das privações e da miséria da classe trabalhadora é acompanhada, ao mesmo tempo, de acumulação constante de riqueza nas classes superiores e de um crescimento constante de capital (HEGEL APUD MARX, 2013, p. 884).

Para que se compreender mais profundamente os impactos das leis de acumulação de cunho capitalista, é preciso se atentar para o processo fora do espaço de trabalho, isto é, “condições de alimentação e moradia” (MARX, 2013, p. 885) da classe operária, bem como “habitações superlotadas, ou mesmo absolutamente inadequadas como moradia humana” (MARX, 2013, p. 893). A realidade social-econômica da época mostrava que “em nove de cada dez casos, a vida humana não é [era] mais do que uma luta pela existência” (HEGEL APUD MARX, 2013, p. 885). A luta pela sobrevivência dos trabalhadores, diante da terrível lógica capitalista emergente, esclareceu as terríveis implicações destas leis no cotidiano da população.

Marx (2013, p. 887) também descreve como o processo de alimentação da população se encontrava deficiente. Implica-se aqui a seguinte crítica: a acumulação capitalista não influenciou apenas as jornadas de trabalho intensas e as baixas remunerações - ou até mesmo, situações deploráveis de moradia e trabalho - mas influenciam a totalidade da vida da população⁵.

Como diz Bresser-Pereira⁶(2011, p. 07):

A revolução capitalista é a transformação fundamental da história humana depois do surgimento da agricultura e da passagem das sociedades nômades para as sedentárias e a formação das primeiras civilizações ou impérios. No plano econômico, a revolução capitalista

⁵ Este raciocínio é chave para a compreensão da presente tese, pois, irá se ver que, adiante na história da sociedade capitalista, os níveis de suicídio se tornariam exorbitantes, mostrando as implicações destas leis no cotidiano da vida social, atingindo a vida privada dos indivíduos. Porém, esse é um debate que se fará a posteriori.

⁶ Bresser-Pereira foi Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado (1995-1998) e Ministro da Ciência e Tecnologia (1999). Desenvolveu a carreira como crítico do liberalismo, do livre-comércio e defensor de medidas protecionistas. Participou da fundação do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB. Diante dessas constatações, é conhecido que Bresser se tornou um autor polêmico. No que diz respeito ao modo de produção capitalista, o autor faz uma análise excelente, apesar de suas posições políticas – e pela sua atuação ao lado de governos de extrema direita (No Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) 1995-98 no governo FHC, por exemplo) –, em resumo, serem opostas as posições políticas tomadas aqui nesse trabalho. O posicionamento aqui tomado é em prol das necessidades humanas, em detrimento das necessidades do capital, sendo que, em boa parte de suas atuações políticas, administrativas e acadêmicas, Bresser se posicionou de forma a favorecer o capital.

deu origem ao capital e às demais instituições econômicas fundamentais do sistema – o mercado, o trabalho assalariado, os lucros, e o desenvolvimento econômico. No plano científico e tecnológico, é o tempo da transformação de uma sociedade agrícola letrada em uma sociedade industrial. No plano social, é o momento de duas novas classes sociais: a burguesia e a classe trabalhadora. No plano político, a revolução capitalista deu origem às nações e ao Estado moderno, e, somando a esses dois fenômenos um território, ao Estado-nação.

O “boom” da chegada deste novo modo de vida em sociedade traz consigo todos os impactos inerentes a ele. As relações sociais tomam uma nova roupagem, as estruturas que definem a vida em sociedade são alteradas: os valores, princípios, a ética, as leis, os contratos; tudo é alterado segundo a nova ordem social estabelecida. Este “sistema de metabolismo do capital nasce como resultado da divisão social que operou a subordinação estrutural do trabalho ao capital” (Antunes, 2002. p. 19)⁷.

É naquele momento que surge, então, a classe trabalhadora: homens livres – os quais antes, aliás, estavam sobre o senhor feudal e tinham seus meios de sobreviver - que possuem sua força de trabalho (e, apenas esta) para vender. Contudo, para que o Capital se mantenha, é necessário que haja exploração do trabalhador, isto é, extração de mais-valia sobre o trabalho excedente. Portanto, “o desenvolvimento em massa do capitalismo produz, compulsoriamente, a Questão Social” (Netto, 2011. P. 157). A base que estrutura esse tipo de sociedade é injusta e desumana. Por isso, a QS é fruto do desenvolvimento do capitalismo.

É necessário solidificar as categorias centrais deste debate. A sociabilidade humana, se caracterizando como um tipo específico de relação social contraditória e cruel, que tem em suas bases desigualdade e divisão, pois difere os homens e mulheres em duas classes fundamentais (burguesia e

⁷ Para uma melhor compreensão, precisamos definir duas categorias teóricas centrais: Capital e Trabalho. O Trabalho é a categoria que permite ao homem se desenvolver e se tornar um ser social, transformando a natureza e sendo transformada por essa ação, sendo que essa ação não é individual, mas coletiva, tendo impacto em todos os homens. Já o Capital, é a forma de relação na qual os homens estabelecem na sociedade. No metabolismo social vigente, o trabalho se submete ao capital, isto é, o segundo se apropria do primeiro para garantir a sua subsistência. Ambos estão em relação e são contraditórias entre si. A QS é oriunda da contradição destas duas categorias dentro da sociabilidade humana que se inicia no século XIX na sociedade europeia (IAMAMOTO, 2015).

proletariado) e as põe em um campo de batalha. Há sempre dominação e subjugação de uma classe sobre a outra – a burguesia sobre o proletariado.

A Europa Ocidental experimentou a gênese de uma revolução não apenas industrial, mas social em todas as suas determinações. E, da pior forma, o capitalismo se tornou hegemônico dentro deste continente. Se tornou o “ápice” do desenvolvimento humano, onde se caracterizou com o surgimento da tecnologia humana: máquinas a vapor, eletricidade, e tantas outras novas formas de vida em sociedade. Se se realizar uma análise unilateral, sem levar em consideração a essência desta sociabilidade, de fato concluir-se-á que esses avanços foram um grande salto para a humanidade! Entretanto, é visto que a sociabilidade burguesa – que direcionou todos estes processos – se apropria de tais avanços e impõe o seu modo de pensar, não tornando tal progresso acessível a toda população.

A desigualdade social, seguida da pauperização e da pobreza da classe despossuída dos meios de produção, se tornou um marco para o século XIX. E, diferentemente da pobreza que havia em outras formas de vida em sociedade, que eram geradas pela escassez na qual “o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas não podia suprir” (Netto, 2011, p. 158), a pobreza gerada pelo capitalismo – e, isto, na ordem burguesa, não decorre de uma escassez produzida pelo conjunto da população, mas decorrem da contradição entre capital e trabalho. Isso ocorre através dos seguintes processos: as forças produtivas estão em intenso crescimento e socialização, mas as relações de produção estabelecidas permitem que a apropriação do excedente seja privada e que a sua destinação seja decidida por uma parcela da população.

É nesse processo contraditório que se funda a sociabilidade capitalista-burguesa, trazendo como consequência a QS, que “nada tem a ver com o desdobramento de problemas sociais que a ordem burguesa herdou ou com traços invariáveis da sociedade humana: tem a ver com a sociabilidade erguida sob o comando do capital”. (NETTO, 2011, p. 158)

Destarte, a questão social tem sua gênese no caráter massivo de produção coletiva, opostamente à apropriação privada da atividade humana, que caracteriza a lei geral da acumulação capitalista. Entretanto, a QS não se refere

apenas às desigualdades sociais produzidas pelo novo modo de produção, mas refere-se também à resistência da classe trabalhadora, que é iniciada a partir da consciência de classe. A classe trabalhadora se introduz no cenário político da sociedade. À respeito disso, lamamoto (2015, p. 28) diz que a “Questão Social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem.”

A QS, em seus primórdios, localizados nos países centrais da Europa, se deu de múltiplas formas. Não apenas como exploração e subalternização da classe operária, mas da revolta, e resistência, desta última. Segundo lamamoto (2015, p. 28), “apreender a questão social é também captar as múltiplas formas de pressão social, de invenção e re-invenção da vida construídas no cotidiano”. Por conseguinte, entende-se que considerar tanto o movimento de ascensão capitalista, bem como o movimento político da classe trabalhadora, é levar em consideração a espinha dorsal deste debate. A múltipla forma de se caracterizar a QS é determinante para entendermos que, na Europa – Séc. XIX, e, mais tarde, nos países periféricos (como o Brasil), a subsunção formal do trabalho ao capital⁸, traz consigo grandes impactos para a vida em sociedade, do mesmo modo que permite a conscientização da luta política e social entre as classes estabelecidas por este processo.

Até aqui foi destacado o surgimento da QS e suas implicações na Europa no século XIX. Posto isto, nota-se a necessidade de um aprofundamento teórico específico do tema supracitado para a região na qual este trabalho se refere: o Brasil.

⁸ A subsunção formal, a qual Marx se refere, é a primeira forma de subordinação do trabalho ao capital para valorização deste e que tem como pressuposto a separação do produtor direto de seus meios de produção e subsistência e a sua transformação em trabalhador assalariado, condição esta que impõe a subordinação deste ao capitalista que se apropria desses meios, monopolizando e transformando-os em capital, em forças de coerção contra os trabalhadores. Nesse processo dá-se início à contradição essencial do sistema capitalista, a produção social da riqueza e sua apropriação privada. A partir daí, tem-se a desigualdade social como uma das principais implicações da subordinação formal do trabalho ao capital nas relações sociais. ” (ZEFERINO, B. C. G. Subsunção formal e real do trabalho ao capital e suas implicações nas relações sociais. Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-019-274.pdf> acessado em Outubro de 2018)

1.1 QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL

O surgimento do capitalismo, em forma de um sistema de fábricas, direcionado pela lógica de mercado – instituído por meio de relações sociais, se deu, primeiramente, na Europa. Tal processo foi possível com a acumulação primitiva e a extração de riqueza das colônias, que se adaptaram às necessidades externas e desenvolveram a indústria e um fraco mercado interno séculos depois. Isto é, “somente depois que determinadas formas de produção capitalistas amadureceram no centro, se tornou possível a sua transferência para a periferia” (DECCA, 1980, p.42)

A incorporação do processo de trabalho aos moldes do capital, no Brasil, se deu no final do século XIX. É neste período que se dá a gênese da indústria e do capitalismo nos territórios brasileiros. Este processo de formação capitalista em áreas coloniais – como era o Brasil na época – utilizou-se de mão de obra escrava para a organização da produção, por meio da monocultura e pela configuração do latifúndio.

O entrosamento entre produção colonial e comércio capitalista, que levou à organização das grandes propriedades fundiárias, ocorreu numa época em que jamais poderiam ter sido utilizados homens livres, pela muito simples e muito forte razão de que o sujeito expropriado dos meios de produção e obrigado a vender sua força de trabalho não existia como categoria social, capaz de preencher as necessidades de mão-de-obra requeridas pela produção colonial” (FRANCO APUD DECCA, 1980, pg. 46-7).

A configuração social brasileira, marcada pela escravidão do povo negro – arrancados de suas terras nativas - e pela expropriação das terras indígenas pelos povos que colonizaram o Brasil, não possuía as condições para a implementação do sistema que se iniciou na Europa (nos mesmos moldes de “trabalhadores livres”). Porém, existia uma população de “vagabundos e desenraizados” (SILVA, 2013, p. 264) que foram utilizados como escravos. Esta população, na gênese dos princípios capitalistas de produção, “era socialmente destituída de suas raízes” (idem).

O capitalismo no Brasil se deu de forma singular e específica, se compararmos ao modo de produção de outros países. Entretanto, tanto na Europa como no Brasil, a implementação do mercado não se deu apenas por

causa de bases tecnológicas, ou do discurso de desenvolvimento da humanidade, mas, ao organizar (socialmente) as formas de trabalho, se deu para obtenção, em suma, do lucro capitalista, isto alcançado por meio de uma massa de trabalhadores despossuídos dos meios de produção.

Os engenhos de açúcar, por exemplo, se tornaram uma forma peculiar de demonstração do sistema de fábricas no Brasil. Bem como a sugestão “e o papel imprescindível do mando capitalista para a organização do trabalho” (DECCA, 1980, p. 48) se implementaram na organização social do trabalho na colônia. Sempre tendo em mente que tal processo se realizava por meio da “relação de exploração e dominação de negros e índios”. (SILVA, 2013, p. 265)

Destarte, a questão social no Brasil surge através da implementação - no interior de seus territórios - do modo de produção capitalista. Esse processo se caracterizou principalmente por meio da exploração massiva de homens despossuídos de direitos, inseridos em uma relação de extrema autoridade e subjugação, onde a produtividade do trabalho escravo “era decorrente da eficaz aplicação do controle disciplinar, este sim o elemento capaz de garantir que o sistema não desmoronasse” (DECCA, 1980, p. 53).

Esse domínio da Metrópole sobre a Colônia, bem como do senhor sobre o escravo, do português sobre o índio, e sobre o negro, trouxe uma relação ainda mais perversa para a produção capitalista brasileira. Pois, ainda que o povo brasileiro tenha passado pelo processo de “independência”, em meados de 1822, não houve um rompimento de “uma sociedade explorada, dominada e colonizada que, por sua vez, lutava para descolonizar-se” (Silva, 2013, p. 264).

A dura realidade escravista, juntamente com a doutrinação que os colonizadores traziam de suas terras, apaziguou as forças dos movimentos políticos e a busca por uma sociedade diferente, ainda que não tenha os extinguido. É por isso que “considerar a Independência um processo revolucionário não tira dela seu caráter contraditório e conservador, em função de não haver rompimento com estrutura econômica baseada no escravismo” (Silva, 2013, p. 266).

É preciso encarar esse processo contraditório no Brasil, quando o assunto é questão social. Não se pode estar satisfeito com uma análise simplória da

realidade social brasileira, abstraindo os processos históricos embutidos no desenvolvimento da formação social e econômica, sendo que esta época foi de intensa importância para a história brasileira: a instauração dos moldes de produção capitalista no território brasileiro foi realizada concomitantemente com alteração política e estatal do país – a passagem pela República em 1889, bem como a Constituição de 1891, criada por Rui Barbosa⁹. Gerando um intenso processo dialético: a tecnologia adentrava as fronteiras brasileiras, ao mesmo tempo que a exploração, a hierarquização do trabalho e a pauperização.

Mais aspectos das expressões da QS em solo brasileiro serão tratados nos capítulos seguintes, pois o objetivo deste capítulo foi definir as principais características da categoria em questão.

Por fim, o que se pretendeu trabalhar aqui neste capítulo foi a definição histórica e concreta da questão social, sendo uma consequência real e clara da organização social de cunho capitalista. Essa traz implicações para a população brasileira, abarcando a totalidade de suas vidas. Em seguida, será realizado o debate sobre o suicídio dentro da configuração capitalista da sociedade europeia e brasileira, consecutivamente.

⁹ Rui Barbosa foi um dos organizadores da República e coautor da constituição da Primeira República. Este diplomata lutou na defesa do federalismo, bem como apoiou o abolicionismo e na promoção dos direitos individuais. Ele foi o primeiro ministro da Fazenda no regime instaurado em novembro de 1889. Na época, Rui Barbosa estava convencido de que havia uma questão social no Brasil. Ao afastar-se de concepções liberalistas, sugeriu atuações para o Estado, no tocante aos problemas sociais que a classe operária brasileira sofria. Esse ideólogo foi de suma importância para o início da consciência de direitos da classe operária, pois parou e legisou pela necessidade destes. Esse político também se preocupava com os acidentes que ocorriam nas fábricas. Diante disso, esse estudioso da constituição americana, foi um dos idealizadores da primeira Constituição brasileira (1989).

2. DEFININDO SUICÍDIO

É quase um consenso universal a definição etimológica da palavra suicídio. Por sua vez, pode ser caracterizada como o ato voluntário de um indivíduo tirar a sua própria vida. Entretanto, como o seu uso é algo habitual no cotidiano, o não aprofundamento do seu significado sócio-histórico pode gerar equívocos teóricos e práticos para fins do presente trabalho. Por isso, o capítulo em tela deter-se-á em partir da aparência do objeto, aplicando múltiplas aproximações metodológicas a este, para, assim, tentar se aproximar da essência do que seria de fato o suicídio, levando em consideração o arcabouço teórico tratado por outros autores sobre o presente tema.

Por ora, visando alcançar a definição de suicídio em acordo com os objetivos deste trabalho, é preciso diferenciar os tipos de suicídio, pois, entre as diversas espécies de mortes voluntárias, há as que se caracterizam como sendo positivas e as que se caracterizam como sendo negativas, desde as que se realizam através de atos omissivos, como a recusa a se alimentar, até as que se realizam através de atos emanados pelo próprio indivíduo para dar fim à sua própria vida. Chega-se, portanto, a uma primeira formulação: “chama-se suicídio toda morte que resulta mediata ou imediatamente de um ato positivo ou negativo, realizado pela própria vítima.” (DURKHEIM, 2000. p. 11)

Entretanto, essa definição é incompleta e incapaz de responder os anseios deste trabalho, visto que não conceitua o que seria o positivo e o negativo, bem como não diferencia o suicídio por parte de alguém que sofre de doenças psíquicas e o suicídio de alguém que se encontra são e com poder de escolha, ainda que debilitado em sua saúde mental, e que sabe o que está fazendo. Em outras palavras, há uma diferença gritante entre o suicídio de alguém que é induzido por uma doença psicossomática, isto é, doenças que se originam na mente e que dificilmente podem ser controladas, e o suicídio de alguém que se encontra em possibilidades mentais de escolha e que, mesmo assim, escolhe voluntariamente se matar. O foco aqui será o segundo caso.

Por que alguém, ainda que debilitado em algumas áreas psíquicas de sua vida, mas ainda tendo condições de livre escolha, decide voluntariamente dar

fim a sua existência? Embora reconhecida como importante neste contexto, a compreensão da dimensão psicológica de tal ato não é tarefa deste trabalho, mas sim entender as influências sociais que incitam este indivíduo a realizar o ato suicida. Efetivamente, deve-se aqui, para fins metodológicos, diferenciar os atos suicidas. Por exemplo, um soldado brasileiro, em um contexto de guerra contra um país vizinho, decide correr para uma morte certa para salvar seu regimento. Mesmo que ao fazer isso ele não queira morrer, diante do ocorrido nos conflitos armados, acaba tendo a sua vida extinta. Este ato suicida pode ser comparado com o de um comerciante que tira a sua própria vida após descobrir que a bolsa de valores despencou? O mesmo pode se dizer de um certo religioso que decide voluntariamente dar a sua vida por sua religião ao invés de negá-la diante de uma ameaça de morte. Ao rejeitar negar a sua fé, acaba tendo a sua vida extinta.

Em suma, há diferentes formas de renúncia à existência, demonstrando variedades de espécies de uma mesmo gênero denominado suicídio. Contudo, nas diversas formas de tratar o tema em tela, há um fator em comum: o ato realizado sempre tem o conhecimento de causa, isto é, “a vítima, no momento de agir, saber o que deve resultar de sua conduta, seja qual for a razão que a tenha levado a se conduzir assim.” (DURKHEIM, 2000. p. 14). Melhor dizendo, o ato suicida que interessa para fins deste trabalho é o ato que traz consigo a consciência nítida e clara do resultado do ato escolhido, bem como o agente do próprio ato ser o próprio agente falecido. Também considera-se a intenção do agente que é a de tirar a própria vida, tendo total consciência do resultado do seu ato.

Por isso descarta-se, para fins metodológicos deste trabalho, as mortes voluntárias de pessoas que, mesmo sabendo que iam ter as suas existências cortadas, optam por tomar decisões patriotas, religiosas, ou quaisquer outras. Da mesma maneira, descarta-se também meramente para fins metodológicos, o suicídio de pessoas que perderam a consciência nítida e clara do resultado do ato suicida. Entende-se que estas espécies se encontram dentro da categoria suicídio e devem ser tratadas metodologicamente como tal. Contudo, para fins deste trabalho, e especialmente para o capítulo em tela, será tratado a espécie

do “suicídio quando a vítima, no momento em que comete o ato que deve dar fim a seus dias, sabe com toda a certeza o que normalmente deve resultar dele.” (DURKHEIM, 2000. p. 15)

Olhando por esse ângulo, parece que a vida privada se caracteriza como matéria especificamente da psicologia, principalmente no que diz respeito a fatores individuais como o suicídio. Verdadeiramente, há uma tendência histórica de se explicar o ato suicida a partir do temperamento, do caráter e dos antecedentes da história pessoal do indivíduo. Por tal razão, não cabe para este trabalho a análise individualista do suicídio.

Em outras palavras, não analisar-se-ão os suicídios como fatores particulares, isolados uns dos outros. Considera-se que - assim como foi considerado por Durkheim (2000) - que o conjunto de suicídios de uma determinada sociedade em um determinado recorte histórico, não se constitui apenas uma soma de fragmentos independentes, mas “constitui um fato novo e sui generis, que tem a sua unidade e sua individualidade, por conseguinte sua natureza própria, e que, além do mais, essa natureza é eminentemente social” (p. 17).

A tese aqui defendida é que a ampliação de tal fenômeno é uma das expressões do surgimento e consolidação da sociedade capitalista. A natureza desse fato está intrinsecamente relacionado às relações sociais burguesas, na divisão social de classes e no modo de produção capitalista. Parte-se deste pressuposto, visto que o aprofundamento e a disseminação do suicídio entre os indivíduos de diversas sociedades, ocorre no processo de maturação do capitalismo, estendendo-se até os dias atuais.

Durkheim (2000, p. 19) diz que “cada sociedade tem, portanto, em cada momento de sua história, uma disposição definida para o suicídio”. Diante disso, historicamente é notado que na organização do modo de produção capitalista, iniciado nos países desenvolvidos da Europa, o suicídio foi demarcado como uma epidemia que se intensifica nas relações sociais intrinsecamente capitalistas (DURKHEIM, 2000).

Marx (2006, p. 23-24), explicita bem essa ideia ao dizer que “o número anual dos suicídios, aquele que entre nós é tido como uma média normal e

periódica, deve ser considerado um sintoma da organização deficiente de nossa sociedade”. Balizando o raciocínio aqui proposto nas ideias de Marx, entende-se que o conjunto de suicídios, no recorte histórico da consolidação e maturação do capitalismo, demonstra que as contradições inerentes deste próprio sistema gera um desequilíbrio social na totalidade histórica vivenciada pelos indivíduos, gerando uma crescente taxa de mortes voluntárias, a ponto de se parecer natural o fato de alguém tirar a sua própria vida.

Antes de tudo, é um absurdo considerar antinatural um comportamento que se consuma com tanta frequência; o suicídio não é, de modo algum, antinatural, pois diariamente somos suas testemunhas. O que é contra a natureza não acontece. Ao contrário, está na natureza de nossa sociedade gerar muitos suicídios [...] (MARX, 2006. p 25)

O que Marx está defendendo é que a sociedade capitalista constantemente está fabricando contradições e que, entre elas, está o aumento do conjunto de suicídios. Ele classifica o suicídio, sobretudo, como sintoma de uma sociedade doente, que necessita de uma transformação radical. O suicídio deve ser definido como um fato que demonstra que o sistema produtivo de cunho capitalista possui debilidades e deficiências as quais levam o indivíduo a renunciar a sua própria existência.

Não se pode reduzir o suicídio a um fato isolado ou um problema pessoal apenas. A complexa sociabilidade moderna insere os indivíduos em relações interpessoais cada vez mais fragmentadas. Marx diz:

Cada indivíduo está isolado dos demais, é um entre milhões, numa espécie de solidão em massa. As pessoas agem entre si como estranhas, numa relação de hostilidade mútua: nessa sociedade de luta e competição impiedosas, de guerra de todos contra todos, somente resta ao indivíduo é ser vítima ou carrasco. Eis, portanto, o contexto social que explica o desespero e o suicídio. A classificação das causas do suicídio é uma classificação dos males da sociedade burguesa moderna, que não podem ser suprimidos [...] sem uma transformação radical da estrutura social e econômica. (MARX, 2006. p. 16)

Até aqui, entende-se que o conjunto de suicídios tem uma natureza social, e que para compreensão do seu significado e das suas múltiplas determinações é preciso tomar como referência as relações sociais estabelecidas em seu contexto de ocorrência, especificamente as relações de cunho capitalista, já que

estas estão vigentes na maioria das sociedades atuais, tendo como marco inicial a Revolução Francesa no século XVIII. Sendo assim, irá se avançar: caracterizar-se-á o suicídio como expressão da Questão Social.

2.1 SUICÍDIO COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

A Questão social, como visto anteriormente, é um fenômeno específico da sociedade capitalista. Pode-se destacar como expressões da questão social na sociedade contemporânea a precarização do trabalho, a falta de efetivação dos direitos sociais, o adoecimento mental da população, a precarização da vida e das relações sociais, entre outros. E, além do mais, as altas taxas de suicídios.

O suicídio se intensificou no mundo moderno, que é resultante das expansões europeias, das revoluções tecnológicas, mercantis e industriais, que, por meio de consecutivos processos civilizatórios, afetou, mesmo que de diferentes formas, a todos os povos. (FREIXINHO, 2010)

Entretanto, é sabido que o suicídio não é algo particular da sociedade capitalista. Em Atenas, por exemplo, em tempo antigos, o suicida poderia obter a aprovação do Estado para a realização do suicídio, mas, se esta fosse negada e o indivíduo o tivesse realizado, era-lhe negado um funeral normal; ele era enterrado sozinho, sem lápide ou inscrição, na periferia da cidade¹⁰. Igualmente, é notada a existência de relatos de suicídios na França do século XIV, bem como na Roma antiga e no Japão Feudal. (DURKHEIM, 2000)

Posto isto, é notório que o ato de tirar a própria vida não é uma característica reservada apenas ao modo de organização das relações sociais em tela. Entretanto, nota-se que, ao se organizar este modo de produção, tem-se um aprofundamento da taxa de suicídio nas populações que aderem ao êxodo rural e passam a habitar nos grandes centros urbanos. Durkheim (2000), um estudioso sobre o tema no século XIX, explicita em sua obra “O suicídio”, publicada pela primeira vez em 1897, através de dados empíricos sobre a taxa de suicídio na Europa da época, que até no ato mais privado de um indivíduo há

¹⁰ Para mais informações sobre o suicídio em Atenas, conferir: Platão. Laws, Book IX. Disponível em: <http://classics.mit.edu/Plato/laws.9.ix.html>. Acessado em Maio de 2019.

a presença da sociedade, isto é, a organização das relações sociais podem ser determinantes para influenciar um indivíduo a se suicidar.

É importante salientar que este século é marcado pela transição do Capitalismo Concorrencial para o Capitalismo Monopolista. Ocorre, então, uma transformação radical do modo de organização da sociedade da época. Com efeito, os anos meio-finais do século XIX foram marcados pela consolidação de forças produtivas caracteristicamente capitalistas com uma nítida separação econômica e técnica entre as áreas de meio de consumo e meios de produção, principalmente nos países europeus desenvolvidos. Por outro lado, em alguns países periféricos, iniciava-se a mudança das relações pré-capitalistas de produção para um processo inicial de industrialização. Essas profundas transformações na sociedade “recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica.” (NETTO, 2009. p 19)

É naquele momento, caracterizado pelo aprofundamento das relações sociais capitalistas, que o suicídio começa a tomar uma proporção nunca outrora notada pelos estudiosos da época (Ver Quadro I).

QUADRO I
*Constância do suicídio nos principais países da Europa
(números absolutos)*

Anos	França	Prússia	Inglaterra	Saxônia	Baviera	Dinamarca
1841	2.814	1.630		290		337
1842	2.866	1.598		318		317
1843	3.020	1.720		420		301
1844	2.973	1.575		335	244	285
1845	3.082	1.700		338	250	290
1846	3.102	1.707		373	220	376
1847	(3.647)	(1.852)		377	217	345
1848	(3.301)	(1.649)		398	215	(305)
1849	3.583	(1.527)		(328)	(189)	337
1850	3.596	1.736		390	250	340
1851	3.598	1.809		402	260	401
1852	3.676	2.073		530	226	426
1853	3.415	1.942		431	263	419
1854	3.700	2.198		547	318	363
1855	3.810	2.351		568	307	399
1856	4.189	2.377		550	318	426
1857	3.967	2.038	1.349	485	286	427
1858	3.903	2.126	1.275	491	329	457
1859	3.899	2.146	1.248	507	387	451
1860	4.050	2.105	1.365	548	339	468
1861	4.454	2.185	1.347	(643)		
1862	4.770	2.112	1.317	557		
1863	4.613	2.374	1.315	643		
1864	4.521	2.203	1.340	(545)		411
1865	4.946	2.361	1.392	619		451
1866	5.119	2.485	1.329	704	410	443
1867	5.011	3.625	1.316	752	471	469
1868	(5.547)	3.658	1.508	800	453	498
1869	5.114	3.544	1.588	710	425	462
1870		3.270	1.554			486
1871		3.135	1.495			
1872		3.467	1.514			

Fonte: Durkheim, 2000.

Marx (2006), em seu ensaio “Sobre o Suicídio”, lançado originalmente em 1846, como já citado anteriormente, define que o suicídio se constitui como um sintoma de uma sociedade doente. O autor se debruçou nos escritos de Jacques Peuchet¹¹ (1758-1830), um ex-arquivista policial que contribui com escritos

¹¹ “Entre os escritos de Marx, há um documento muito pouco conhecido; trata-se de “Peuchet: vom Selbstmord”, de 1846, peça composta de passagens traduzidas para o alemão de Du suicide et des ses causes, um capítulo das memórias de Jacques Peuchet... Não se trata de uma peça escrita pelo próprio Marx, mas composta, em grande parte, de excertos, traduzidos ao alemão, de outro autor. Marx tinha o hábito de preencher seus cadernos de notas com excertos desse tipo, mas jamais os publicou, e menos ainda sob sua própria assinatura.” (MARX, 2006, p. 13)

voltados para a atenção aos inúmeros casos de suicídio da época, para defender essa posição.

O curioso aqui, seguindo o raciocínio de Marx, é notar que enquanto as relações sociais capitalistas adquirem sua consolidação e maturidade, o nível de suicídio se expressa drasticamente alto. Há, então, uma nítida relação entre a sociedade capitalista madura e as taxas de suicídio. A consolidação da maturidade histórica da sociedade burguesa traz consigo as contradições inerentes ao próprio modo de organização da sociedade capitalista madura, constituindo, assim, o suicídio, bem como o seu aprofundamento, uma das expressões desta contradição essencial entre capital e trabalho, produzindo, ao longo do tempo, todos os seus efeitos. (NETTO, 2009)

É nessa nova fase da história humana que se intensifica como nunca a problemática do suicídio. O índice do suicídio no século XIX foi tão alarmante que despertaria a curiosidade sobre o tema de diversos estudiosos. Em Maio de 1862 o “Siècle” de Paris publicou uma nota comentando o livro de B. Gastineau, pela Casa Dentu, que destacava um alto índice de suicídios:

Calculou-se que desde o começo do século o número de suicídios na França não se eleva a menos de 300.000; e tal estimativa talvez esteja aquém da verdade, pois a estatística não fornece resultados completos senão a partir de 1836. Desde 1836 a 1852, isto é, num período de dezessete anos, houve 52.126 suicídios, ou seja, a média de 3.066 por ano. Em 1858 contaram-se 3.903 suicídios, dos quais 853 mulheres e 3.050 homens; enfim, segundo a última estatística que vimos no correr de 1859, 3.899 pessoas se mataram, a saber 3.057 homens e 842 mulheres. (SANTOS, 2010 p. 148)

Percebe-se que o índice dos suicídios, como demonstrado por Santos (2010), era anualmente na unidade dos milhares na França do século XIX. Este século foi marcado pelo impacto das mudanças sócio-políticas que o capitalismo trouxe consigo: privilégios para uma classe em detrimento de outra. A riqueza começou a ser concentrada na mão da classe burguesa, e a classe trabalhadora ficou à mercê dos novos moldes capitalistas.

O contraditório nesse período é que a França, sendo o berço da revolução, datada em agosto de 1789, que trouxe ideologicamente a proclamação da liberdade e a igualdade de direitos para todos os homens, bem como a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 27 de Agosto de

1789, também se constitui a fonte das contradições capitalistas expressas nos altos índices de suicídio no século XIX, demonstrando que os valores defendidos pela emergente classe burguesa não seriam garantidos para todos da sociedade, mas apenas para uma parcela desta. A consolidação das relações sociais capitalistas alteram a totalidade da vida social da população da França e do resto do mundo.

Em 1866, a Morgue recebeu um número recorde de defuntos: 733 – sendo 486 homens, 86 mulheres e 161 crianças. Dos 445 identificados, 285 tinham se suicidado atirando-se ao Sena e 36 enforcaram-se, seis tinham se matado com armas de fogo, seis tinham ateado fogo às vestes e outros tantos ingerido veneno, propositalmente ou não, 19 foram vítimas de homicídios e três tinham sido esfaqueados, três morreram de inanição e 82 de morte súbita, em plena rua. **Grande parte dos suicídios teve como causa o fracasso de especulações na Bolsa de Valores.** (SANTOS, 2010 p. 149, grifos nossos)

O sistema de bolsa de valores foi um sistema maturado pela consolidação do Capitalismo Concorrencial e pela transição para a fase Monopolista. Seu surgimento está datado na Roma antiga e o seu desenvolvimento na Grécia Antiga. Contudo, apenas a partir do período mercantilista, no século XV, é que surgem as primeiras bolsas com características modernas. Até o século XIX muitas bolsas foram criadas. A exemplo, pode-se citar algumas, tais como as bolsas de Antuérpia, de 1561, na Bélgica, e a bolsa Amsterdam, nos Países Baixos. Já em 1595, surgem as bolsas de Lyon, Bordeaux e Marseille, na França; A bolsa de Londres surge na metade do século XVI e a bolsa de Paris que surge em 1639. No entanto, a configuração das bolsas só se altera de forma substancial em meados do século XIX, época na qual surge o comércio de ações que regulam as relações sociais de maneira mais profunda. (GOMES, 1997)

A partir do século XIX, **a ampliação dos empreendimentos comerciais possibilitou o jogo financeiro puro**, através do comércio de ações. Este fato não só elevou o volume de transações realizadas pelas bolsas, como também foi decisivo para determinar sua especialização: enquanto umas conservaram a função de bolsas de mercadorias, outras voltaram-se para o comércio de valores mobiliários. (GOMES, 1997, p. 190, grifos nossos).

Seguindo pelos apontamentos de Gomes (1997), percebe-se que a ampliação das relações sociais capitalistas possibilitam uma intensa alteração na produção social da vida dos homens, isto é, na sua consciência e no seu

modo de agir. Os valores da sociedade se alteram substancialmente a partir da mudança conjunta das relações de produção e das alterações internas no modo de produção vigente na sociedade. Para evidenciar isso, Marx (2008, p. 47), diz:

[...] na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência.

A profunda alteração nos valores do ser social que determina a consciência do indivíduo, acarreta em uma profunda alteração no modo de agir e pensar deste, ainda mais se se considerar que este encontra-se inserido na dinâmica da vida social. Caso não fosse assim, por que um indivíduo justificaria o desejo de se matar sendo pautado na quebra da bolsa de valores? Ou, por que alguém daria cabo de sua própria vida por não possuir uma relação sólida e estável com o mercado de trabalho? Ou, ainda mais, por qual razão um indivíduo renunciaria a sua existência por causa de uma perda material que para ele significava muito? Todas estas justificativas usadas como exemplo se pautam em características das relações sociais capitalistas. Contudo, como a consciência do indivíduo se altera a partir das relações materiais da vida social, não se pode tentar explicar de maneira individualista os atos suicidas característicos do período em tela. “É preciso, ao contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção.” (MARX, 2008. p 48)

Um dos elementos que melhor explicita a tese defendida neste trabalho, é o grande êxodo rural ocorrido no século XVIII e no XIX nos países desenvolvidos na Europa. Toma-se como pressuposto teórico que o meio urbano é o local onde as relações materiais capitalistas são mais intensas e que o suicídio se torna mais comum nas cidades do que no campo. Também entende-se que o espaço denominado cidade foi crucial para o desenvolvimento da relações capitalistas maduras.

Tal transformação foi vital ao capitalismo, pois a gênese das cidades deixou de ser um acontecimento natural e passou a ser providencial, nela reuniam-se os comerciantes e a riqueza por eles acumulada [...] Com o fortalecimento da burguesia, a cidade foi apropriada pelo capital, facilitando a circulação de mercadorias para a obtenção do lucro e a monetização das relações de troca. Observa-se que a cidade assumiu com o capitalismo o compromisso de permitir a sustentação das transformações necessárias para sua consolidação, quais sejam: a concentração de força de trabalho e mercado consumidor. (NOBRE, 2011. p. 2-3)

É nesse espaço, onde as relações capitalistas se mostraram de maneira intensa através das indústrias, do mercado de trabalho e da pauperização da classe trabalhadora, que se aprofundou o conjunto de suicídios perpetrados pelos indivíduos que então tinham a cidade como um meio de sobrevivência. Seguindo a ideia de que nas cidades o suicídio se torna mais frequente do que no campo, Durkheim (2000, p. 50) defende que as causas sociais que influenciam no suicídio “estão por sua vez intimamente ligadas à civilização urbana, e é nos grandes centros urbanos que elas são mais intensas.”

Portanto, o suicídio se intensifica nos espaços onde as contradições inerentes do sistema capitalista são mais vivenciadas pelos indivíduos ali presentes, comprovando os pressupostos teóricos de Marx (2008) a respeito do modo de produção capitalista: um sistema de padrões de comportamentos determinados a partir de uma estrutura material socialmente determinada, de que depende a transformação ou a preservação da estrutura social vigente. As taxas de suicídio estão intrinsecamente relacionadas com as causas sociais. Em outras palavras, estão relacionadas com as relações sociais vigentes historicamente neste período estendendo-se até os dias atuais.

2.2 PARTICULARIDADES NO BRASIL

Já no Brasil, em meados do século XX, o capitalismo teve um desenvolvimento dependente e subordinado aos interesses de países centrais. A inserção do Brasil no mercado mundial exigia sua independência formal da metrópole portuguesa, respondendo assim aos interesses da Inglaterra industrializada por matérias primas e mercado consumidor para seus produtos.

Ao mesmo passo, as classes dominantes localizadas no Brasil procuravam certa autonomia em relação às suas transações comerciais, agrárias e ao desenvolvimento da indústria (FERNANDES, 1987). Isso foi observado através do rompimento com o pacto colonial e com o surgimento do Estado Nacional no Brasil (POCHMANN, 2016).

Pochmann (2016, p. 68) continua dizendo que “a constituição prévia do capital mercantil e da divisão social do trabalho foi necessária para a ascensão do modo dominante de produção capitalista no Brasil”. O país passa a ser incorporado ativa e diretamente no mercado mundial, com base nas exportações de bens primários. Este processo traz consigo as particularidades das expressões da Questão Social no Brasil.

Para se entender melhor o processo de consolidação das relações sociais tipicamente capitalistas em terreno brasileiro e suas implicações para o suicídio, é necessário notar que o processo de colonização entre os séculos XVI e XIX, deixaram no Brasil características de um país capitalista dependente em relação aos países imperialistas, sendo “uma sociedade e uma economia que se organizam para fora e vivem ao sabor das flutuações de interesses e mercados longínquos” (IANNI, 1989, p 68-69). Diante disso, a configuração do Estado e, conseqüentemente, da maneira de se efetivar direitos ficam à mercê de interesses do imperialismo, mediados pelas classes dominantes locais e suas demandas. “Assim, a democracia não era uma condição geral da sociedade: estava aprisionada no âmbito da sociedade civil, da qual faziam parte apenas as classes dominantes, as quais utilizavam o Estado [...] para o patrocínio de seus interesses gerais” (BEHRING & BOSCHETTI, 2011, p 74).

Essa configuração sócio-política da sociedade brasileira do século XX, gerou nos indivíduos um sofrimento social no qual o suicídio foi visto como uma das saídas. É importante salientar que o Brasil nesta época passara pelo fim do Império, após o golpe de Estado que instituiu o modo republicano presidencialista de governo em 15 de Novembro de 1889, sendo encerrada a monarquia constitucional parlamentarista, e que tal fato gerou um florescimento do espírito burguês e uma expansão interna do capitalismo (FERNANDES, 1987).

Sobre o suicídio no Brasil, há relatos pioneiros sobre o tema no início do século XX, na cidade do Rio de Janeiro. Destaca-se um trecho do periódico *Brazil-Médico* (SODRÉ, 1900, p. 180):

O número de suicídios foi de 43: os meios mais empregados foram a arma de fogo e o ácido fênico 9. As causas determinantes foram: atrasos pecuniários 12, paixão amorosa 9, desgostos particulares 8, acessos de loucura 2, desconhecidas 12. Os suicidas foram 33 homens e 10 mulheres. Tentaram contra a vida 91 indivíduos, sendo 61 do sexo masculino e 30 do sexo feminino. Entre os meios empregados ocupa ainda a arma de fogo o primeiro lugar, em 22 casos, seguindo-se a ingestão de ácido fênico em 18, e a ingestão de tóxicos também em 18. Um dos casos foi por ingestão de vidro moído. A paixão amorosa foi a causa de 24 tentativas; desgostos particulares 12; embriaguez.

Nota-se que 12 dos casos de suicídio foram por atrasos pecuniários, isto é, atraso no pagamento do salário das vítimas. Entretanto, não se sabe como se organizava as relações de trabalho das vítimas, mas é sabido que estas pessoas vendiam a sua força de trabalho em troca de um salário, demonstrando, desta maneira, intrínsecas relações sociais capitalistas, agora em terreno brasileiro. Além disso, não se sabe se o que o periódico define como “desgostos particulares”, que totalizam 8 dos 43 suicídios, tinham relação com alguma frustração voltada para as relações mercantis. O que se sabe é que a consciência dos brasileiros, demonstrada nos suicídios supracitados começou a se alterar a partir das relações de produção então emergentes na sociedade brasileira do século XX.

O jornalismo da época sofreu influências europeias e norte-americanas e, por tal motivo, iniciaram o processo de produção e publicação de notícias sensacionalistas, tendo o tema suicídio como um dos protagonistas desse processo. Como visto logo acima, o jornalismo da época não escondeu as condições da população brasileira frente à problemática do auto-extermínio. Normalmente, as notícias publicadas pelos jornais da época relacionavam o suicídio com problemas de ordem financeira, “tema de tantas outras que povoavam as páginas da seção Notícias Diversas no jornal *O Estado de S. Paulo*. Mas, os jornalistas sempre concluem que o fator determinante é de ordem moral, *fazendo que o registro se esquive do seu fundo social*.” (GUIMARÃES, 2007, p. 327, grifos nossos)

Esquivar o suicídio das implicações sociais se caracteriza como uma possível estratégia das classes dominantes, tendo como objetivo gerar apatia frente a organização da sociedade burguesa, pois, ao relacionarem os impactos desta organização nos indivíduos ao âmbito moral e pessoal, aliena-se os indivíduos da compreensão de que o aprofundamento do suicídio é uma das consequências das contradições essenciais do capitalismo, ainda mais se levada em consideração a configuração de dependência na qual o Brasil se encontra - pois esta é uma condição estruturante dos países periféricos no mercado mundial atual - bem como da possibilidade de crítica à forma de organização do modo de produção capitalista no Brasil.

Essa conjuntura brasileira da época, caracterizada pela emergência das relações de produção essencialmente capitalistas e sua subordinação aos países de capitalismo central, comprova o que Marx (2008, p. 47) defende: “O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual.” Diante disso, percebe-se que o modo de produção capitalista trouxe uma nova configuração para a consciência dos brasileiros, e entre estes estavam os que tentaram ou consumaram o suicídio.

Dado isso, percebe-se que esse fato novo, ou seja, esta taxa de suicídios conjuntos, entretanto agora em terreno brasileiro, caracteriza um novo fato: uma nova expressão da Questão Social, com intensas particularidades brasileiras, mas com uma essência em comum como a de outros países capitalistas, isto é, as intrínsecas contradições deste tipo de sociedade.

Jamison (2002, p.8) diz que “as atitudes da sociedade, como são captadas em sua literatura, leis e sanções religiosas, fornecem uma janela para as nossas reações coletivas ao auto-assassinato”. A configuração das relações sociais influenciam as atitudes dos indivíduos de uma comunidade. A transição da monarquia para a Primeira República Velha (1889 - 1930) foi marcada por um processo intenso de transições políticas, culturais, econômicas e sociais, sempre tendo a expansão interna do capitalismo como pano de fundo e como a orientadora deste processo. Contudo, a cultura econômica do Brasil continuou agrária exportadora, predominando as exportações de café. Foi caracterizado,

além disso, como um período de modernização dos meios urbanos e o surgimento de grandes surtos de industrialização.

A respeito desse momento da história brasileira, Behring e Boschetti (2011 p. 76) dizem que “no setor novo e urbano, cada vez mais diferenciado, cresceu a insatisfação com a situação do país, com críticas dirigidas à escravidão”, demonstrando o outro lado da Questão Social: a luta política das classes subalternas para a melhoria das condições de vida dentro dos limites estabelecidos pelas relações sociais capitalistas brasileiras emergentes.

É importante ressaltar que em 1888, a Lei Áurea, aprovada pelo parlamento e assinada pela então princesa Isabel em 13 de maio desse mesmo ano, sendo resultado de históricas lutas políticas da população escravizada, alterou as relações escravistas no Brasil, hipoteticamente as abolindo. A partir dali, legalmente a população negra se torna livre, embora na prática não tenha sido absorvida pelo mercado de trabalho formal e acessado direitos trabalhistas restritos àqueles trabalhadores com carteira assinada, colocando para essa parcela da população condições ainda piores de reprodução da força de trabalho. para enfrentar as relações de mercado com os homens brancos brasileiros¹². É estabelecido todo um aparato jurídico-normativo, cultural, ideológico, econômico e social para que o Brasil se adequasse às alterações exigidas pela expansão do capitalismo. A ideia de homem livre começa a se formar no imaginário social de uma sociedade pós-colonial.

Qual é o impacto da ideia de homem livre para a constituição de forças produtivas capitalistas no Brasil? Esta questão é central para a formulação de uma economia aos moldes capitalistas. Sem esta ideia, as relações sociais propostas jamais teriam sido instauradas em território brasileiro. O homem livre é aquele que não possui os meios de produção, mas que possui uma mercadoria que poderá vender para garantir a sua sobrevivência: a força de trabalho. Esta mercadoria é a única geradora de valor, por isso se torna central na economia capitalista.

¹² Este elemento pode despertar reflexões acerca da taxa de suicídios na população negra. O presente trabalho não conseguirá abarcar essa dimensão.

A respeito disso, Marx (2013, p.312) diz que:

Para poder extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro teria de ter a sorte de descobrir no mercado, no interior da esfera da circulação, uma mercadoria cujo próprio valor de uso possuísse a característica peculiar de ser fonte de valor, cujo próprio consumo fosse, portanto, objetivação de trabalho e, por conseguinte, criação de valor. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado uma tal mercadoria específica: a capacidade de trabalho, ou força de trabalho.

Entretanto, para que tal relação aconteça, algumas condições devem ser postas. Uma dessas condições é a ideia de homem livre. Portanto,

Sob esse pressuposto, a força de trabalho só pode aparecer como mercadoria no mercado na medida em que é colocada à venda ou é vendida pelo seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho. Para vendê-la como mercadoria, seu possuidor *tem de poder dispor dela, portanto, ser o livre proprietário de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa.* (MARX, 2013, p. 313, grifos nossos)

Tal motivo mobilizou as instituições existentes no Brasil para “prepararem o caminho” para o Capitalismo adentrar as fronteiras brasileiras. O que se pretende dizer aqui é que o Brasil estava recebendo com todas as forças as alterações advindas dos países centrais para gerar no país uma economia exportadora capitalista.

Anterior a esse período, muitos estrangeiros observaram que o suicídio era prática comum dos escravos do século XIX, marcado por relações mercantis pré-capitalistas. As formas de autoextermínio iam desde o enforcamento à recusa de se alimentar (ODA & OLIVEIRA, 2008). Para Bastide (1943, p.2, APUD ODA & OLIVEIRA, 2008, p.373), “o suicídio dos cativos seria principalmente um protesto contra a escravidão, meio de se libertar de uma vida de castigos; ou seria decorrente das saudades da terra natal.” O suicídio se mostrava como uma reação ao modo de organização escravista e com a relação desigual entre senhores e escravos.

A Lei Áurea não rompeu com a desigualdade racial, pois os negros não foram inseridos no mercado de trabalho formal, mas foram inseridos em condições subalternas frente a ascensão da relação de venda de força de trabalho em troca de um salário. Contraditoriamente, o número de suicídios de

negros começaram a diminuir. Venâncio (1990, APUD ODA & OLVEIRA, 2008, p.373) aponta que o percentual de suicídios dos negros escravos era o dobro daqueles que já eram livres. Ou seja, a taxa de suicídio dos negros do século XIX era intensificada pela escravidão e não necessariamente pelo modo de organização capitalista, mostrando que o suicídio não é um fenômeno da sociedade capitalista, mas que esta o configura de uma maneira particular.

É na passagem do século XIX para o século XX que a organização mercantil capitalista começa a se introduzir e a amadurecer de maneira sistêmica no Brasil, trazendo novas implicações para as taxas de suicídio da população brasileira. No século XX esse modo de produção se constitui e domina toda a organização político-econômica brasileira. A partir daqui, analisar-se-á os impactos da organização das relações capitalistas para as taxas de suicídio no século XXI, principalmente dos anos 2000 para frente, especialmente entre os anos de 2011 e 2016, no Brasil.

2.3 SUICÍDIO NA ATUALIDADE BRASILEIRA

O que se pretendeu demonstrar até agora é que as transformações sociais ocorridas pelas alterações nas bases econômicas, sociais e políticas no Brasil pelo modo de produção capitalista abarcam a totalidade da vida dos sujeitos. Por isso, o suicídio toma uma nova configuração com o aprofundamento das relações sociais de cunho capitalista no Brasil.

A sociedade brasileira contemporânea tem sofrido transformações estruturais no campo político, econômico, cultural e social, refletindo diretamente no mundo do trabalho e nas relações sociais. A Questão Social, oriunda da Lei Geral de Acumulação Capitalista (MARX, 2013), como já citado anteriormente, tem se mostrado em níveis exorbitantes, tendo o acúmulo de riquezas de um lado e a concentração da pobreza de outro lado.

Vive-se em tempos de reestruturação produtiva¹³, caracterizado principalmente pela era flexível do capital, inaugurando novos arranjos para a

¹³ “A reestruturação produtiva configurou-se como uma estratégia de reverter a crise enfrentada pelo capital na década de 70, sendo um processo de reorganização do ciclo de produção,

questão social. No Brasil, o desemprego e a superexploração da força de trabalho são estruturais. Dessa forma, a flexibilidade nas relações de trabalho, o aumento do trabalho informal e da insegurança frente aos desmontes dos direitos outrora conquistados, se expressam com maior força no cenário brasileiro, onde tais condições são basilares para o desenvolvimento capitalista dependente. Enfim, a atualidade está repleta de condicionantes que demonstram as contradições da sociedade capitalista madura.

A alta taxa de suicídios da população no Brasil contemporâneo é preocupante. O suicídio é, hoje, a quarta causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos no Brasil e se tem 1 caso a cada 46 minutos, registrando cerca de 11.000 mortes por suicídio¹⁴ ao ano. Esses dados de 2016 mostram como a sociedade capitalista, em sua fase monopolista, tem conduzido os indivíduos a optarem cada vez mais pela autoextermínio. A respeito disso, Marx (2006, p. 16) diz que “a classificação das causas do suicídio é uma classificação dos males da sociedade burguesa moderna.”

Essa alta taxa de suicídios mostra como a sociabilidade burguesa é adoecida, afetando diretamente os brasileiros. Algumas ponderações serão realizadas para sustentar o argumento proposto: o tratamento das pessoas como mercadorias para o capital, abstraindo o protagonismo e a autonomia de suas histórias; a lógica da captura da subjetividade da classe trabalhadora e a precarização das relações de trabalho e das políticas sociais.

Primeiramente, é importante salientar que a sociabilidade mercantil capitalista, realizada pela busca incessante por riqueza, tem na mercadoria a base de sua sustentação, “sendo a mercadoria isolada a forma elementar dessa riqueza.” (MARX, 2013, p. 51). A mercadoria, em um sentido mais simples, é qualquer objeto que tem uma utilidade para quem a deseja. Sua função

preservando as características centrais do modo de produção capitalista. Este é pautado na incorporação de tecnologia de ponta e na exacerbação dos processos de exploração da classe trabalhadora.” (ANTUNES, 2009, apud CAMPOS, 2017, p.811).

¹⁴ Moreira, B. Suicídios aumentam 2,3 % em 1 ano, e Brasil tem 1 caso a cada 46 minutos. G1, Brasília, 20 de Setembro de 2018. <<https://g1.globo.com/bemestar/noticia/2018/09/20/suicidios-aumentam-23-em-1-ano-e-brasil-tem-1-caso-a-cada-46-minutos.ghtml>>. Acessado em Maio de 2019.

primordial é suprir necessidades de quem a detém. A tradição marxista chama isso de valor de uso.

Esse valor de uso “são, de modo imediato, meios de existência” (MARX, 2013, p. 53) oriundos da força de trabalho exercida pelo homem. No entanto, nessa sociabilidade, este resultado da força de trabalho passa a se manifestar através do valor de troca. Ou seja, a utilidade de uma mercadoria passa a ser envelopada por um valor de troca que se faz necessário para acessá-la. E esse valor de troca é gerado por meio do trabalho geral-abstrato, que é diferente do trabalho que gera valores de uso, pois este primeiro se encontra sob os moldes das relações sociais de cunho capitalista, enquanto o segundo se configura como capacidade ontológica do ser humano de usar a natureza para suprir necessidades humanas diversas (MARX, 2013).

Os homens e as mulheres, identificados como portadores da força de trabalho, passam a ser parte da geração de valor para a sociedade capitalista em terreno brasileiro. Isso implica necessariamente na vida privada dos indivíduos, pois os direcionam a adaptarem-se às exigências postas pela sociedade do mercado, tendo que se submeter a venda de sua força de trabalho. Com isso, o tempo de trabalho exercido torna uma medida para o valor das mercadorias criadas. A força vital dos sujeitos passa a ser apropriada pelo capital como uma forma de gerar valor, tornando as pessoas meros instrumentos para se alcançar um fim. Aqui se faz necessário trabalhar, ainda que brevemente, a categoria denominada reificação em Marx e suas implicações para a taxa de suicídios na sociedade brasileira contemporânea, para se entender como as pessoas foram “transformadas” em objetos para o capital.

A coisificação, ou reificação, é a transformação de pessoas em coisas a partir da generalização da forma mercadoria, culminando na mercantilização da força de trabalho, e transformando a “essência subjetiva” dos seres humanos em objeto, e o que era objeto em sujeito (MARX, 2004). O mesmo autor, falando a respeito deste processo diz que

A realização do trabalho surge de tal modo como desrealização que o trabalhador se invalida até a morte pela fome. A objetivação revela-se de tal maneira como perda do objeto que o trabalhador fica privado dos objetos mais necessários, não só à vida, mas também ao trabalho. Sim, o trabalho transforma-se em objeto, que ele só consegue adquirir com

o máximo esforço e com interrupções imprevisíveis. A apropriação do objeto manifesta-se a tal ponto como alienação que quanto mais objetos o trabalhador produzir, tanto menos ele pode possuir e mais se submete ao domínio do seu produto, o capital (MARX, 2005, p. 112).

Esse processo torna o homem mero objeto para o capital, pois o obriga a vender sua força de trabalho, o induzindo ao não pertencimento do resultado do seu trabalho. Em outras palavras, o capitalismo, ao se apropriar do trabalho humano, criou um abismo entre a essência do homem, isto é, suas capacidades naturais de transformação da consciência e da natureza, e o fruto do seu trabalho, tornando-o alienado e desapropriado de suas capacidades humano-genéricas (MARX, 1987).

Diante disso, os brasileiros se encontram em um processo contemporâneo de coisificação de suas vidas, onde são tratados como mero objetos pelo capital, abstraindo-os dos resultados do dispêndios de suas forças de trabalho. O sujeito é afastado de seu protagonismo, sendo sugado pelas relações sociais postas. Ele é explorado em todas as dimensões da sua vida, sendo transformado em uma mercadoria ou em um produto. Isso ocorre pois

O modo de produção capitalista se caracteriza pela exploração; isto é, pela apropriação da força de trabalho. O capital se apropria da força de trabalho e a objetiva, a realiza a fim de gerar mais-valia. Ora, por ele mesmo o capital somente se apropria daquela força de trabalho que pode gerar mais valia, procurando que toda a força de trabalho esteja em condições de gerá-la (MARX e ENGELS, 2004, p.14 e 15).

Acredita-se que essa apropriação do indivíduo pelo sistema influencia na relação dele consigo mesmo, podendo influenciar as taxas de suicídio presentes na sociedade brasileira contemporânea. Pode-se notar isso através da afirmação da Organização Mundial da Saúde que (OMS) diz que a cada 40 segundos uma

pessoa se mata no mundo¹⁵ e que, a cada 45 minutos, uma pessoa se mata no Brasil¹⁶.

No que diz respeito à captura da subjetividade da classe trabalhadora e à precarização das relações de trabalho, pode-se perceber que no Brasil, na última década, houve uma inauguração, sob bases toyotistas, de uma nova forma de organização e gestão do trabalho, pautada, principalmente, na ideia do trabalhador polivalente e com vínculo precário. A reestruturação do capital abarcou a totalidade da vida da classe trabalhadora, inclusive a sua subjetividade. Essa crise contemporânea abarcou novas dimensões, apresentando-se em diversos campos, tornando a classe trabalhadora mais vulnerável diante dos ditames do capital contemporâneo.

Assim, a classe trabalhadora tornou-se ainda mais vulnerável a situações estressoras. A exigência da polivalência, a pressão pelo aumento da produtividade, associada à contenção salarial, à instabilidade no trabalho, jornadas prolongadas e o medo do desemprego implicam em sofrimento no trabalho e na falta deste, acarretando doenças tanto físicas, como psíquicas, que afetam a subjetividade do trabalhador, podendo levar ao desencadeamento de adoecimento mental. (CAMPOS, 2017, p. 799)

As novas organizações do modo de produção capitalista gera na população brasileira um profundo adoecimento mental, e, conseqüentemente, um alto nível de suicídios. O desemprego pode ser um fator causador para as taxas de suicídio. Sabe-se que o fenômeno desemprego é algo característico da sociedade capitalista, permeada pelas relações de mercado e que, se algo característico desta sociedade torna-se um fator causador para a problemática do suicídio, entende-se, assim, que esta sociabilidade influencia de maneira considerável a taxa de suicídios atuais no Brasil.

¹⁵ “Suicídio é grave problema de saúde pública e sua prevenção deve ser prioridade”, afirma OPAS/OMS. OPAS, Brasil. 15 de maio de 2018. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5674:suicidio-e-grave-problema-de-saude-publica-e-sua-prevencao-deve-ser-prioridade-afirma-opas-oms&Itemid=839> Acessado em Junho de 2019.

¹⁶ REDAÇÃO. A cada 45 minutos uma pessoa se suicida no Brasil, dizem especialistas na CAS. Senado Notícias. Brasília, 25 de Maio de 2017. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/05/25/a-cada-45-minutos-uma-pessoa-se-suicida-no-brasil-dizem-especialistas-na-cas>> . Acessado em Junho de 2019

A respeito deste assunto, o Centro de Valorização da Vida (CVV, sem data)¹⁷, diz que

A angústia emocional ligada à recessão e a falta de esperança são apontadas como ape-nas parte do problema, que envolve autodestruição, tentativas e ideações suicidas. Após análise de dados da Organização Mundial da Saúde, pes-quisadores da Universidade de Zu-rique chegaram à conclusão que de 233 mil mortes verificadas entre 2000 e 2011 em 63 países, 45 mil estavam relacionadas ao desemprego, o que equivale a 20%.

Vê-se, aqui, que o desemprego se tornou responsável por cerca de 1/6 dos suicídios do mundo. No Brasil, a preocupação com este tema e os prejuízos da falta de campos de trabalho para todos atinge principalmente os jovens de faixa etária de 15 a 29 anos, pois estes começam a se inserir na lógica capitalista de venda de sua força de trabalho através da busca por estudo e por formações acadêmicas, sempre voltadas para a inserção no mercado de trabalho. Esse momento da vida é marcado por tensões e pressões externas, principalmente quando se nota a dificuldade de ter um emprego estável na sociedade brasileira, ou apenas de se ter um emprego. Embora a juventude abarque uma série de questionamentos e contradições que podem levar à depressão e ao suicídio por parte dos jovens, ressalta-se que o presente trabalho não tem por objetivo delinear todas as múltiplas causas para este fenômeno, mas aquelas relacionadas às condições de vida postas pelo capitalismo, como já mencionado anteriormente.

A era flexível traz consigo os terríveis impactos, e tem como base a

[...] flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. [...] envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual tanto entre os setores como entre as regiões desiguais. (HARVEY, 2014, p. 140)

A classe trabalhadora brasileira sofre as mudanças geradas pela era flexível, principalmente através da desregulamentação, da perda de direitos e da

¹⁷ CVV. Desemprego e Suicídio. Sem data. Disponível em: <<https://www.cvv.org.br/blog/desemprego-e-suicidio/>>. Acessado em Junho de 2019.

perda do poder de luta dos sindicatos e de organização. O contexto atual é marcado por um intenso retrocesso de direitos nos campo trabalhista (CAMPOS, 2017). Todo esse processo gera um tensionamento na vida privada do trabalhador e muitos são conduzidos ao suicídio, tentando encontrar uma saída da crise estrutural vivida pelo capital nos dias atuais.

A crise estrutural vivida pelo capital nos dias atuais, exigindo-o estratégias para se manter, é determinante para a desconstrução dos direitos trabalhistas realizadas nos últimos anos no Brasil. Desta maneira, o capital invade a vida privada dos brasileiros, intensificando os processos de adoecimento, interferindo nas relações sociais e na própria relação do homem com ele mesmo. A respeito disso, Alves (2013, p. 3, grifos do autor) diz que

A nova precariedade salarial, ao alterar a dinâmica da troca metabólica entre os espaço-tempo de vida e espaço-tempo de trabalho, em virtude da “desmedida” da jornada de trabalho, corrói o espaço-tempo de formação de sujeitos humano-genéricos, aprofundando, deste modo, a auto-alienação do homem que trabalha. [...] a incerteza e instabilidade das novas modalidades de contratação salarial e a vigência da remuneração flexível alteram, do mesmo modo, a troca metabólica entre o homem e os outros homens (a dimensão da sociabilidade); e entre o homem e si próprio (dimensão da auto-referência pessoal). Deste modo, a precarização do trabalho e a precarização do homem que trabalha implicam a abertura de uma tríplice crise da subjetividade humana: a crise da vida pessoal, a crise de sociabilidade e a crise de auto-referência pessoal.

Certamente, há uma crise na auto-referência pessoal do sujeito. O alto índice de suicídio no Brasil reflete o argumento aqui defendido. O importante é notar que essa crise é gerada por uma crise muito maior do que o indivíduo na sua vida privada. É uma crise estrutural do capitalismo, refletindo em novas formas de organização das relações sociais e, conseqüentemente, refletindo na maneira do indivíduo lidar consigo mesmo, intensificando, assim, os níveis de suicídio destes indivíduos.

A vida privada do indivíduo é invadida pelas novas formas de organização dos modos de produção da vida social, advindos das ondas de reestruturação dos meios de produção, sejam estas por meio das investidas do capital, seja por meio da busca de consenso entre as classes, mascarando as contradições do sistema de produção vigente e suas conseqüências para a população brasileira.

A desconstrução da autonomia do sujeito, através do ataque à capacidade crítica deste dar respostas aos ditames do capital, segue sendo uma das maiores estratégias do capital nos dias atuais. O indivíduo se vê como impotente diante das crises, do desemprego e da flexibilização e acaba se enxergando como um ser infeliz e sem capacidade de mudar a sua história. Essa situação pode levar o indivíduo a um profundo desespero, conduzindo-o ao suicídio.

Entre os anos de 2011 e 2016, houve um aumento dos casos de lesão autoprovocada no sexo feminino de 209,5% e de 194,7%, no sexo masculino (BRASIL, 2017). Paralelamente, houve um crescimento na taxa de desemprego neste intervalo de tempo. Em dezembro de 2011, a taxa de desemprego na população de 15 anos ou mais era de 4,7%¹⁸, entretanto, no mesmo mês do ano de 2015, a taxa sobe para 6,9%¹⁹, significando um aumento de 2,2% de desempregados, isto é, aproximadamente 460.000 mil pessoas. Se colocados lado a lado, esses dados podem ser usados como geradores da seguinte indagação: qual seria a correlação entre eles?

Entre esses dados, a faixa etária dominante está entre 15 a 39 anos (74,4%)²⁰(BRASIL, 2017). Esta faixa etária é marcada principalmente pela introdução na escolarização para o mercado de trabalho e na introdução no próprio mercado de trabalho. Nesta idade, a tomada de decisões sobre qual profissão seguir, as situações de desemprego, a saturação de profissionais no mercado e as precariedade do mundo de trabalho se tornam mais visíveis no cotidiano destes brasileiros.

¹⁸ BERGAMINI, R. Pesquisa Mensal de Emprego – Fonte IBGE - Base: Dezembro de 2011. 18 Fevereiro De 2012. Disponível em: <http://www.ricardobergamini.com.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=367:pesquisa-mensal-de-emprego--fonte-ibge-base-dezembro-de-2011&catid=2:ricardobergamini&Itemid=4>. Acessado em Junho de 2019.

¹⁹BRASIL, IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego. Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 2016. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000024954801102016481128904912.pdf>>. Acessado em Junho de 2019

²⁰ MINISTÉRIO DA SAÚDE. Boletim Epidemiológico. Volume 48 Nº 30 - 2017. Disponível em: <<http://portal.arquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2017/setembro/21/2017-025-Perfil-epidemiologico-das-tentativas-e-obitos-por-suicidio-no-Brasil-e-a-rede-de-atencao-a-saude.pdf>>. Acessado em Junho de 2019.

Por outro lado, 89,4% destes brasileiros residiam na zona urbana, comprovando o que Durkheim (2000) dizia a respeito do suicídio ser mais frequente nas cidades do que no campo (BRASIL, 2017). Mas o que a cidade significa? Ela significa a intensificação do modo de produção capitalista na vida cotidiana dos indivíduos ali presentes. Os grandes centros urbanos brasileiros são marcados por uma intensificação das relações sociais de cunho capitalistas, concentrando grande número de campos de trabalho, bem como um grande número de empresas e indústrias. A própria população está concentrada nas cidades. Segundo censo do IBGE de 2010, 84% da população brasileira vive em áreas urbanas.

Nesse contexto, foram registrados 55.649 óbitos por suicídio no Brasil, totalizando uma taxa geral de 5,5/100 mil habitantes, no período de 2011 a 2015. As maiores taxas dizem respeito à população idosa, principalmente os que são maiores de 70 anos (8,9/100 mil hab.) e à população indígena (15,2/100 mil hab.) (BRASIL, 2017). Esses dados comprovam que há algo preocupante acontecendo na sociedade brasileira. Segundo estimativas, a cada 45 minutos, uma pessoa comete suicídio no Brasil²¹. É notório que o processo de reestruturação do capital tem afetado diretamente os indivíduos nas suas relações consigo mesmos. Pode-se notar isso através da notícia de que o Brasil registrou um aumento de 2% no caso de suicídios no ano de 2016 para o ano de 2017²².

Por agora, irá se problematizar a categoria trabalho para tentar destrinchar as imbricações dessas altas taxas de suicídio. É sabido que o modo de produção capitalista não se restringe apenas no aspecto econômico da vida social, antes abarca a totalidade da vida dos indivíduos, influenciando a vida privada da população brasileira. Para se explanar este argumento, faz-se necessário adentrar no debate sobre trabalho nos conceitos de Marx (2013).

²¹ A cada 45 minutos uma pessoa comete suicídio no Brasil. Estadão. 11 de Setembro de 2018. Disponível em: <<https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,a-cada-45-minutos-uma-pessoa-comete-suicidio-no-brasil,70002496904>>. Acessado em Junho de 2019

²² LIMA, F. Suicídio: Brasil registra aumento de 2% no número de mortes desse tipo em um ano. O Globo. 20 de Setembro de 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/suicidio-brasil-registra-aumento-de-2-no-numero-de-mortes-desse-tipo-em-um-ano-23086007>>. Acessado em Junho de 2019.

O trabalho, como característica ontológica do ser humano, é um fator que possibilita o ser social se diferenciar de todas as formas de vida existentes, principalmente dos animais. Para realizar esta atividade, os homens e as mulheres possuem a consciência como um instrumento que os permite planejar previamente suas atividades antes de realizarem-nas. Além disso, Marx (2013) aponta que o trabalho é fundamental da vida humana porque possibilita a sua existência social: "Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, vida humana" (MARX, 2013, p. 50).

Ao mesmo tempo que os indivíduos transformam a natureza por meio de suas atividades laborais, alteram, ao mesmo tempo, a própria natureza humana. Esse processo de transformação recíproca caracteriza "o trabalho social num elemento central do desenvolvimento da sociabilidade humana" (ANTUNES, 2008, p. 03). Entretanto, na sociedade capitalista, o trabalho toma uma nova configuração, passando de ser um meio de emancipação humana para um meio de alienação e manutenção desta sociedade. Antunes (2008, p. 03), falando a respeito deste assunto, fala que

[...] se por um lado, podemos considerar o trabalho como um momento fundante da vida humana, ponto de partida no processo de humanização, por outro lado, a sociedade capitalista o transformou em trabalho assalariado, alienado, fetichizado. O que era uma finalidade central do ser social converte-se em meio de subsistência. A força de trabalho torna-se uma mercadoria, ainda que especial, cuja finalidade é criar novas mercadorias e valorizar o capital. Converte-se em meio e não primeira necessidade de realização humana.

Sob o capitalismo, principalmente sob a atual era flexível, o trabalhador não se satisfaz no trabalho, pois não o identifica como um ferramenta de emancipação, pois suas reais características estão camufladas pelas relações de cunho capitalista. O trabalho toma uma postura de desumanização do homem (MARX, 2004). Este se vê como estranho diante do produto do seu trabalho, "o ser social torna-se um ser estranho frente a ele mesmo: o homem estranha-se

em relação ao próprio homem, tornando-se estranho em relação ao gênero humano” (ANTUNES, 2008, p. 03).

Esta apropriação do capitalismo sobre o ser social impacta diretamente na organização das relações sociais em solo brasileiro. O homem não enxerga a apropriação do capital sobre ele, sendo alienado de todo o processo de dominação, se vendo como estranho nas relações humanas. Ele não entende por que se encontra fora do mercado de trabalho, mesmo tendo uma formação em Engenharia Civil, por exemplo; ao passo que não entende por que o Brasil se encontra em uma situação de desemprego estrutural, achando que são características naturais da vida em sociedade, culpabilizando os indivíduos por se encontrarem na situação em que estão, quando na verdade são expressões das contradições inerentes à organização capitalista, marcada pela apropriação privada da riqueza produzida socialmente.

Diante disso, a era flexível é marcada por uma organização ainda mais desumana do trabalho, onde os direitos conquistados não são garantidos e a falta de estabilidade se tornou um fator cotidiano na vida dos trabalhadores brasileiros. A ameaça constante de demissão, a não inserção (ou a precária inserção) no mercado de trabalho, o empreendedorismo, a terceirização, entre tantas outras formas de ataque do capital ao trabalho, denotam o constante ataque ao caráter emancipatório do trabalho na sociedade brasileira atual. Vasapollo (2006, apud ANTUNES, 2008, p. 06) diz que

A nova condição de trabalho está sempre perdendo mais direitos e garantias sociais. Tudo se converte em precariedade, sem qualquer garantia de continuidade: 'O trabalhador precarizado se encontra, ademais, em uma fronteira incerta entre ocupação e não-ocupação e também em um não menos incerto reconhecimento jurídico diante das garantias sociais. Flexibilização, desregulação da relação de trabalho, ausência de direitos. Aqui a flexibilização não é riqueza. A flexibilização, por parte do contratante mais frágil, a força de trabalho, é um fator de risco e a ausência de garantias aumenta essa debilidade. Nessa guerra de desgaste, a força de trabalho é deixada completamente descoberta, seja em relação ao próprio trabalho atual, para o qual não possui garantias, seja em relação ao futuro, seja em relação à renda, já que ninguém o assegura nos momentos de não-ocupação.

Essa apropriação do capital sobre a totalidade do ser social afeta drasticamente a qualidade de vida dos sujeitos e a sua relação consigo mesmo.

Isto posto, o adoecimento mental da classe trabalhadora, bem como o suicídio, é uma questão de saúde pública no Brasil da atualidade. O país em questão apresenta um nível médio de taxa de mortes por suicídio (entre 5 e 15/100 mil habitantes), considerando-se a classificação da OMS de 1993²³.

Outro importante fator para se considerar os aspectos sociais da alta taxa de suicídios da população brasileira é o desmonte das políticas sociais perpetrados desde a década de 1990, estando vigente desde o governo de Collor até os dias atuais com o governo do presidente Jair Bolsonaro. Para Behring e Boschetti (2011, p. 147), “os anos de 1990 até os dias de hoje têm sido de contrarreforma do Estado”. Este processo tem trazido um adoecimento mental extenso para a população que depende das políticas públicas, como saúde, assistência social, educação, etc, pois ela não encontra nestas o suprimento de suas necessidades humanas, principalmente por causa da precarização e da desresponsabilização do Estado frente às demandas da sociedade pela efetivação dos direitos sociais.

Os direitos sociais foram conquistas das lutas democráticas do povo brasileiro, e a Constituição Federal de 1988, sendo um marco das conquistas destas lutas, trouxe a possibilidade de construção de um Estado Social em terreno brasileiro. O artigo 6º da Carta Magna institui os direitos sociais que deveriam ser garantidos pelo Estado: são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988).

Além do mais, a Constituição Federal de 1988 trouxe em seu artigo 194 do Capítulo II (Da Seguridade Social) do Título VIII (Da Ordem Social) a formulação de um sistema de Seguridade Social, composto pelo tripé Previdência Social, Saúde e Assistência Social. Estas três políticas sociais deveriam agir conjuntamente a fim de prover o atendimento às necessidades

²³ World Health Organization. Guidelines for the primary prevention for mental, neurological and psychological disorders: suicide [Internet]. Geneve: World Health Organization; 1993 [cited 2019 Jun]. 44 p. Available in: http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/58959/1/WHO_MNH_MND_93.24.pdf

humanas da população brasileira. Entretanto, a década de 1990 foi marcada por um intenso ataque às conquistas garantidas na Constituição, afetando a efetivação dos direitos sociais outrora conquistados.

A organização do sistema de proteção social brasileiro tem ganhado uma nova configuração que é voltada principalmente para programas com ações pontuais e compensatórias, frente à crise estrutural que o modo de produção se encontra. A proposta de proteção social exposta pela Constituição pouco se efetivou na realidade dos brasileiros. Desde os anos de 1990, tem ocorrido um desmonte no sistema de proteção social brasileiro, “numa espécie de reformatação do Estado brasileiro para a adaptação passiva à lógica do capital” (BEHRING & BOSCHETTI, 2011, p. 151).

A explicação do Estado para tais medidas pauta-se, principalmente, no argumento de ajuste fiscal guiado pelo viés neoliberal. A política fiscal iniciada no governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), seguido nos governos de Lula (2002-2010) e de Dilma (2010-2016), do de Temer (2016-2018) e, atualmente, em vigor no governo Bolsonaro (2019), vem sendo orientada pelas recomendações do acordo estabelecido entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional (FMI), desde 1998 (BEHRING & BOSCHETTI, 2011). Essa orientação, advinda de interesses externos ao Brasil, tem direcionado toda a formulação (e a efetivação) das políticas sociais no país, trazendo consequências para a população brasileira, como já apontado aqui, a alta taxa de suicídio da população brasileira que sofre diretamente com as negligências do Estado frente às suas demandas.

Assim, a tendência geral tem sido a de restrição e redução de direitos sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais - a depender da correlação de forças entre as classes sociais e segmentos de classe e do grau de consolidação da democracia e da política social nos países - em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise. (BEHRING & BOSCHETTI, 2011, p. 156)

O terrível argumento de insuficiência de recursos para as políticas sociais no Brasil é um fator que prepondera nos discursos dos representantes do Estado. Essa apropriação do capital sob os direitos sociais, os condicionando às necessidades do capital em detrimento das necessidades humanas, tem trazido

uma realidade difícil para o dia a dia de muitos brasileiros, que, não possuindo acesso a saúde de qualidade - ainda que seja gratuita e garantida através do Sistema Único de Saúde (SUS) - por exemplo - acabam cedendo aos sentimentos de incapacidade e de desistência de suas próprias vidas.

Nos anos de 2011 a 2016, foram notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) 1.173.418 casos de violências interpessoais ou autoprovocadas. Destas, identificaram-se 48.204 (27,4%) casos de tentativa de suicídio (BRASIL, 2017). Nesse período, a atuação do governo via políticas sociais possuíam (e ainda possuem) um viés compensatório e pontual, por mais que houvesse um incremento de ações em algumas áreas, abarcavam apenas as extremidades da pobreza e os que não acessaram o mercado de trabalho. Salvador (2017, p. 435), comprova isso ao mostrar que

No período de 2008 a 2016 observa-se o crescimento real de 65,95% na função assistência social, que aumentou sua participação no Orçamento da Seguridade Social, alcançando o montante de R\$ 85,46 bilhões em 2016 [...] Contudo, [...] os recursos destinados à política de assistência social, desde 2003, concentram-se basicamente no pagamento de dois benefícios: o Benefício de Prestação Continuada (BPC) da assistência social e a transferência de renda com condicionalidades no âmbito do Programa Bolsa Família (PBF).

A configuração do financiamento das políticas sociais do Brasil é determinante para a sua efetivação. A política de saúde, por exemplo, sofre com o financiamento precário de suas ações, fragilizando as frentes de atuação desta política. No período de 2008 a 2016, a política de saúde perdeu espaço no conjunto de investimentos do Orçamento da Seguridade Social, passando de 12,86 % em 2008 para 11,85 % em 2016 (SALVADOR, 2017). Isso afeta diretamente a população usuária da política, ficando esta à mercê dos interesses do capital.

Acredita-se que tal configuração e desmonte nas políticas sociais influencia diretamente a taxa de suicídios e de tentativas de suicídio da população brasileira. Sabe-se que para que este desmonte aconteça, o Estado é essencial. O Estado se torna necessário para a efetivação dos interesses do capital. Ele é responsável pela manutenção das relações sociais de cunho capitalistas que influenciam a vida privada dos indivíduos, por isso sua atuação

se faz tão determinante na vida em sociedade. Pochmann (2017, p. 311, grifos nossos), falando sobre a atuação deste, diz que

Para além dos compromissos do Estado com o desenvolvimento das forças produtivas e a divisão técnica do trabalho, há também a politização da dominação capitalista que abrange a esfera estatal em resposta aos conflitos sociais com vista à regulação pública do **mínimo para manter a existência humana** e a participação cidadã. Assim, pela expansão capitalista, o Estado se transforma concomitantemente com o avanço e diferenciação das classes sociais e suas frações em disputa pelo controle do aparelho estatal e de atuação na economia e na sociedade nacional.

O Estado pode ser um ente determinante na vida privada dos indivíduos, pois suas decisões auferem a estes consequências certas que abarcam desde sua saúde física à saúde mental. Ele tem funcionado, ao longo do tempo no Brasil, em “concordância com as exigências da dinâmica capitalista” (POCHMANN, 2017, p. 312), sendo estas externas ou internas. Diante disso, o padrão de proteção social perpetrado pelo Estado brasileiro fica refém aos interesses das classes dominantes, não operando reformas substanciais na economia e na sociedade, mantendo vigente as relações de dominação.

A era flexível, atualmente em vigência no Brasil, caracterizada pelas frágeis relações de trabalho e da nova configuração da efetivação dos direitos sociais, realizada como uma estratégia do capitalismo de continuar gerando condições de exploração da força de trabalho, se tornou um fator preponderante para se considerar a alta taxa de suicídios entre os anos de 2011 a 2016, bem como para se considerar esta alta como uma expressão da Questão Social.

Alves (2011, p. 152-153) diz que “[...] as novas práticas sociometabólicas da sociedade neoliberal tendem a constituir ‘subjetividades precárias’ ou ‘subjetividade em desefetivação’ atingidas pelo estresse”. Isso mostra como o capitalismo em tempos atuais tem sido cruel com a vida privada da população brasileira. A relação adoecedora entre trabalho e capital, reafirmando-se e opondo-se ao mesmo tempo, avançam para toda a sociabilidade humana, desde a vida familiar, dos vínculos interpessoais, do lazer à participação social (SELIGMANN-SILVA, 2011).

Os fatores ligados à sociabilidade capitalista incidem diretamente na vida privada dos indivíduos, podendo acarretar na alta taxa de suicídios como visto anteriormente. Portanto, ainda que o suicídio seja um fenômeno multifatorial, a sociabilidade capitalista trouxe uma nova configuração a este, expandindo os seus números e ocorrências, e que, além disso, trouxe novas razões pelas quais os indivíduos optam pelo autoextermínio. Razões pautadas intrinsecamente nas relações sociais de cunho capitalista, como a falta de emprego, estresse no trabalho, riqueza ou pobreza, etc.

3. SUICÍDIO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

Diante do cenário explicitado, cabe a reflexão sobre qual seria o papel do Serviço Social brasileiro na prevenção ao suicídio, ou, em outras palavras, o diferencial da atuação do Serviço Social frente à problemática em questão. Como já citado anteriormente, Marx (2006, p.14) diz que o suicídio se apresenta como um sintoma da sociedade burguesa adoecida e que precisa de uma transformação radical. Este trabalho ater-se-á, neste capítulo, ao segundo aspecto da fala do autor, caracterizada pela busca por uma sociabilidade diferente da atual, onde não haja exploração de uma classe social sobre outra, entendendo esse princípio como um norteador do Projeto Ético-Político da profissão.

Como já pontuado anteriormente, o suicídio ganha uma nova configuração quando se encontra dentro da sociabilidade de cunho capitalista. Por tal motivo, esse novo fato se expressa como uma das consequências das contradições inerentes a essa maneira de organização da sociedade e, ademais, deve ser combatido não apenas por vias psicológicas, mas por diversas outras vias, e, entre estas, se encontra a via social: aqui se encaixa o Serviço Social enquanto profissão atuante.

Sabe-se, até aqui, que a exploração como característica inerente da sociedade capitalista brasileira outorga novos contornos para as taxas de suicídios da população atual. Por tal motivo, acredita-se que o combate aos altos índices de suicídio no Brasil (no qual chegam a acontecer um caso a cada 40 minutos, como já pontuado) passa também pela luta por uma nova ordem societária, não mais baseada na exploração e na reificação dos indivíduos. O autor continua dizendo que

o número anual dos suicídios, aquele que entre nós é tido como uma média normal e periódica, **deve ser considerado um sintoma da organização deficiente de nossa sociedade;** pois, na época da paralisação e das crises da indústria, em temporadas de encarecimento dos meios de vida [...] esse sintoma é sempre mais evidente e assume um caráter epidêmico” (idem, p. 24, grifos nossos).

No entanto, a capacidade do assistente social de efetivar isso encontra diversas barreiras na realidade concreta, postas pelos limites da sociedade capitalista, embora não seja impossível de se efetivar. Os profissionais devem entender a polarização de suas atuações profissionais, pois suas demandas advêm do empregador, mas a sua atuação deve-se voltar para os interesses dos usuários. E, ainda que este profissional queira atender a demanda dos usuários a priori, ele estará, ainda que em partes, contribuindo para a reprodução das relações sociais vigentes. Essa polarização da atuação do Serviço Social não deve ser abstraída quando se combate uma ordem societária que alavanca as taxas de suicídios.

A profissão se encontra em um estado de atuação que

[...] Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro pólo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história (IAMAMOTO e CARVALHO, 2005, p. 75).

Pode-se perceber, diante destas afirmações, que o efeito da atuação do assistente social incide diretamente sobre as condições sociais e materiais daqueles que são objeto de sua ação. Por tal razão, a atuação deste profissional, seja em qualquer espaço sócio-ocupacional, deve ser orientado por princípios onde a construção de uma nova ordem societária seja o seu objetivo, a partir de mediações que incidem sobre o cotidiano, posto que “esses eventos do cotidiano, expressão de singularidades, são inelimináveis do processo de reprodução dos indivíduos sociais, sendo a sua existência socialmente determinada” (MOTA, 2014). Ao fazer isso, a profissão estará contribuindo para a luta contra o suicídio, entendendo que a sociabilidade capitalista trouxera configurações terríveis para as taxas de suicídio da população brasileira, e que esta última sofre as consequências das contradições deste sistema econômico perverso baseado na apropriação privada da riqueza produzida por todos, gerando subalternidade de uns e ascensão social de outros.

Diante disso, a atuação do Serviço Social deve tomar posturas contra hegemônicas à ordem vigente, combatendo a alta taxa de suicídios no Brasil,

entendendo esse fenômeno atual como uma das expressões das contradições do capitalismo contemporâneo, pois a profissão “[...] tem na questão social a base de sustentação da sua profissionalização [...]” (GUERRA, 2000, p.18).

E, se a questão social é a base da sustentação da profissionalização do Serviço Social, e se as presentes taxas de suicídio da população brasileira são entendidas como uma das expressões desse fenômeno, têm-se a possibilidade da existência de um novo campo de atuação para a profissão, ainda que sua atuação não seja direta e necessite de mediações via políticas sociais: o combate ao suicídio na sociedade capitalista atual. Esse combate se efetivará na atuação profissional cotidiana, pautada no compromisso com a qualidade dos serviços e orientada pela busca por uma radical transformação dessa sociedade.

Por isso, se faz necessário a construção e a efetivação de um projeto profissional crítico, pois este

Constitui-se como uma guia para a ação, posto que estabelece finalidades e ideias para o exercício profissional e as formas de concretizá-lo. Seu âmbito é de sistematização em nível da consciência que se tem sobre os processos e práticas sociais, das finalidades propostas e dos meios para a sua realização. Para tanto, faz-se necessária uma problematização crítica sobre as tendências e perspectivas teóricas, metodológicas, éticas, políticas e operativas existentes no interior da profissão (GUERRA, 2008, p. 22).

Neste sentido, a atuação profissional pode se materializar através das lutas sociais por condições melhores de vida da população, pela efetivação dos direitos conquistados pela Constituição Federal de 1988 e pela ampliação de espaços onde os usuários se vêem como protagonistas de suas histórias. No entanto, para continuar-se nessa linha de raciocínio, faz-se importante pontuar o que seria um projeto profissional. Este

Apresenta a autoimagem de uma profissão, elege os valores que a legitimam socialmente, delimita e prioriza os seus objetivos e funções, formula os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescreve normas para o comportamento dos profissionais e estabelece as balizas da sua relação com os usuários dos seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (dentre estas, também e destacadamente com o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais (NETTO, 2000, p.95).

Isto posto, é necessário lutar pela efetivação do projeto ético-político do Serviço Social como uma das formas de luta contra as altas taxas de suicídio na sociedade brasileira atualmente²⁴, entendendo que esse processo necessita de extensas mediações e não pode ser visto como um processo com um viés determinista e unicausal. Pois, uma das premissas desse projeto é que a profissão não está fechada em si mesma, e que, apesar do projeto defender as prerrogativas da profissão, não se restringe a eles, os ultrapassando e alcançando prerrogativas universais, que expressam uma dimensão da totalidade da vida da população brasileira (IAMAMOTO, 2008).

Portanto, o Serviço Social possui uma capacidade de atuação política-ideológica (YAZBEK, 2014), alterando de maneira determinante a realidade dos usuários de seus serviços. O cotidiano se torna o campo de atuação onde as relações sociais se (re)produzem, tendo o assistente social importante papel neste processo, podendo contribuir para uma formulação ideológica que se opõe aos determinantes históricos postos pela sociedade capitalista. Esse processo se mostra contraditório, pois traz as implicações políticas do exercício profissional “que se desenvolve no contexto de relações entre classes” (idem, p. 681), denotando as dificuldades encontradas para a efetivação do Projeto ético-político na realidade concreta.

Ou seja, compreender que a prática profissional do Serviço Social é necessariamente polarizada pelos interesses das classes sociais em relação, não podendo ser pensada fora dessa trama. Relação que, como já afirmamos, é essencialmente contraditória e na qual o mesmo movimento que permite a reprodução e a continuidade da sociedade de classes cria as possibilidades de sua transformação. (YAZBEK, 2014, p. 681)

²⁴ Não iremos nos ater ao debate sobre a hegemonia ou não do Projeto ético-político na atuação dos assistentes sociais brasileiros. Também não iremos problematizar a questão da categoria ser uma unidade de diversos, constituído por projetos societários distintos, sendo saturada de tensões e conflitos, não excluindo aqui a afirmação de que há um projeto profissional hegemônico. Entretanto, acreditamos que enfrentar o conservadorismo no cerne da profissão também é combater a alta taxa de suicídio da população brasileira, dado que a construção de uma nova ordem societária se pauta em um projeto profissional que não encara a sociabilidade capitalista como algo bom para a humanidade, enquanto que o conservadorismo não pensa o mesmo.

É necessário entender os processos sociais vividos pela sociedade brasileira na atualidade, e o quanto estes impactam diretamente na vida privada da população.

Processos que interferem nas múltiplas dimensões da vida, que alcançam a esfera da cultura, da sociabilidade, da comunicação, homogeneizando comportamentos, hábitos de consumo, preferências, valores. Por outro lado, esses processos geram profundas resistências, novos antagonismos e brutais desequilíbrios de poder na sociedade global. São antagonismos em que a parte fraca está sujeita a processos que desumanizam e tornam “impossível a negociação, o compromisso e a institucionalização dos conflitos” porque inseridos nessa nova configuração do capitalismo “pouco passível de acolher o contrato, a responsabilização, a reciprocidade e a contestação”. (YAZBEK, 2014, p. 682)

Portanto, faz-se necessário trabalhar o conceito de emancipação humana e emancipação política para se definir como o Serviço Social poderá atuar no combate ao suicídio por meio da presente proposta de intervenção. No Manifesto Comunista, escrito em parceria com Engels, Marx afirma que “o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos” (MARX; ENGELS, 1998, p. 59). Já em a ideologia alemã, da mesma forma, o autor fala que “somente na comunidade [com outros que cada] indivíduo tem os meios de desenvolver suas faculdades em todos os sentidos; somente na comunidade, portanto, a liberdade pessoal torna-se possível” (MARX, 2007, p. 64). Essas falas denotam o que seria emancipação humana dentro da tradição marxista, caracterizada pela ultrapassagem da sociedade burguesa, destituição da propriedade privada e a criação da possibilidade de o sujeito, ao viver em comunidade, se desenvolva como indivíduo livre e protagonista de sua história.

No entanto, ao se seguir por essa linha de pensamento, percebe-se que a emancipação humana não se caracteriza como um processo evolutivo, sendo um processo não linear e permeado pelas contradições sociais e pela luta de classes, na qual os homens, ao se relacionarem uns com os outros alteram as condições históricas em que vivem. Nos termos de Marx, a luta da classe trabalhadora por uma sociedade comunista pode levar à emancipação humana, pois

na sociedade comunista, onde cada um não tem um campo de atividade exclusivo, mas pode aperfeiçoar-se em todos os ramos que

lhe agradam, a sociedade regula a produção geral e me confere, assim, a possibilidade de hoje fazer isto, amanhã aquilo, de caçar pela manhã, pescar à tarde, à noite dedicar-me à criação de gado, criticar após o jantar, exatamente de acordo com a minha vontade, sem que eu jamais me tornar caçador, pescador, pastor ou crítico” (MARX, 2007, p. 38)

Desta maneira, o indivíduo não se autorrealizaria nos moldes da sociedade capitalista (exceto as classes dominantes: estas sim se autorrealizam na configuração social do modo de produção capitalista), sendo obrigado a se adequar às normas das relações sociais vigentes, tendo que vender seu dispêndio de força vital para suprir as necessidades do mercado, em detrimento das necessidades humanas. Por isso, o projeto ético-político do Serviço Social deve se pautar na formulação de uma sociedade onde os indivíduos se reconheçam como parte do todo, não sendo induzidos a um estranhamento de si mesmo ou de si com os outros²⁵.

Nesse contexto e sob esse horizonte, a atuação do/a assistente social se dá no âmbito das políticas sociais, as quais podem ser mediações importantes para a luta dos trabalhadores contra a lógica do capital, mesmo que não signifique igualdade dentro do capitalismo. Isso pode ser relacionado com o que Marx chama de emancipação política, pois embora possa transformar os indivíduos em seres preocupados consigo mesmos, “a emancipação política de fato representa um grande progresso; não chega a ser a forma definitiva da emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação humana dentro da ordem mundial vigente até aqui” (MARX, 2010, p. 41).

Como já foi visto em Durkheim (2000), o suicídio não se mostra como um fenômeno isolado e individual, necessitando de um tratamento coletivo. Para o autor, o suicídio pode ser resultado de um conflito externo ao indivíduo, tendo cada sociedade uma predisposição para o suicídio, por isso, acredita-se que a sociabilidade capitalista tem uma predisposição alta para o suicídio, gerando

²⁵ Não estamos querendo dizer que o suicídio seria extinto no Comunismo ou em qualquer sociabilidade à parte do capitalismo. O que se pretende demonstrar é que, na luta por uma construção da emancipação humana, talvez os indivíduos se reconheçam como protagonistas de suas histórias e não vejam tanto no suicídio uma saída da existência dura e sozinha. Talvez em outra sociabilidade haverá tantos suicídios quanto hoje, ou até mais! Entretanto, as razões pelas quais as pessoas irão optar por ele serão diferentes das que acontecem hoje, que são pautadas nas relações sociais capitalistas.

uma grave problema de saúde pública²⁶ no Brasil, como apontado pela OMS. Desta maneira, o papel do Serviço Social no combate ao objeto proposto se dá no âmbito social, especialmente, no âmbito político-ideológico como pontuado anteriormente. Entretanto, a atuação profissional possui outras dimensões de atuação, como a teórico-metodológica e a técnico-operativa. A partir de agora irá se ater aos aspectos práticos e teóricos para a atuação do assistente social frente à problemática do suicídio no Brasil.

3.1O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL NA PREVENÇÃO AO SUICÍDIO: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO NO CAMPO DA POLÍTICA DE SAÚDE

A atuação do Serviço Social se dá em diversas dimensões. Como já pontuado anteriormente, através da dimensão político-ideológica, a profissão se insere na luta pela emancipação humana através da procura pela construção de uma nova ordem societária. Entretanto, essa dimensão não abarca a totalidade das demandas inerentes a essa questão, pois na realidade concreta uma transformação desse nível não depende apenas de uma profissão isolada, mas sim de todo o conjunto da população.

Portanto, há uma dimensão importante para a efetivação do combate ao suicídio, bem como a sua prevenção: a dimensão técnico-operativa, efetivada através do cotidiano dos profissionais em seus diversos campos de trabalho por meio das políticas públicas, principalmente na atuação junto à usuários vítimas de tentativas de suicídio ou semelhantes.

As/os assistentes sociais foram caracterizados, em 1999, como profissionais da saúde pela resolução do CFESS nº383/99. Esta resolução teve um importante papel na consolidação da participação profissional de assistentes sociais em instituições estatais atuantes com a prevenção do suicídio, demonstrando que o Serviço Social pode contribuir no combate e na prevenção

²⁶ MARTINS, A. Suicídio deve ser tratado como questão de saúde pública, alertam pesquisadores. FIOCRUZ. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/suicidio-deve-ser-tratado-como-questao-de-saude-publica-alertam-pesquisadores>>. Acessado em Junho de 2019

ao suicídio ao participar das equipes multiprofissionais dos órgãos públicos de atuação na Saúde Mental.

Nesse sentido, desde 1980, os assistente sociais fazem parte da equipe mínima de saúde mental²⁷, juntamente com médicos psiquiatras e com psicólogos. Essa equipe, na época, normalmente ficava em ambulatórios e postos de saúde, na atenção primária e preventiva em saúde mental que se encontrava dentro das então chamadas “Ações Integrais em Saúde” (AIS), uma espécie de esboço do que seria mais tarde o Sistema Único de Saúde - SUS (VASCONCELOS, 2000). Essa equipe mínima trazia como pressuposto a ação interdisciplinar em saúde mental. Foi a partir desta época que o usuário passou a ser visto em sua totalidade, abarcando mais que a visão pautada apenas na ótica médica, entendendo que os problemas envoltos da saúde mental eram multifatoriais, e aqui entra o suicídio.

Com isso, tornou-se possível a abordagem psicossocial com os usuários, principalmente a partir de 1988 com a Constituição Federal em seus artigos 196 ao 200, que instituiu o Sistema Único de Saúde, bem como através dos movimentos de lutas para a efetivação deste sistema através da Lei Orgânica de Saúde (LOS), Lei nº 8.080 de 1990, e pela Lei nº 8.142/90 que permitiu a participação popular na gestão desse sistema. Destarte, foi a partir da década de 1990 que a ação com os usuários da política de saúde mental tomou forma de multidisciplinaridade e interdisciplinaridade, principalmente no que tange à abordagem com os usuários.

A atuação do assistente social nesta política deve estar pautada nos documentos normativos da profissão: Código de Ética de 1993 e na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/93), além das orientações e posicionamentos do Projeto ético-político da profissão, como já pontuado anteriormente. Este profissional participa das ações do Estado frente às

²⁷ O Serviço Social tem uma trajetória com a Política de Saúde Mental desde a década de 1940. O que se afirma aqui é especificamente a atuação com casos de suicídio, sendo reconhecido como uma profissão da área da saúde. Não iremos nos ater ao aspecto histórico da inserção dos assistentes sociais na trajetória desta política, pois este não é o objeto do presente trabalho. Para entender a história do Serviço Social na Saúde Mental, conferir: VASCONCELOS, E.M. Saúde Mental e Serviço Social: O desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. Editora: Cortez Editora, São Paulo (2000).

demandas postas pelo objeto em estudo, principalmente através de respostas dadas por meio de políticas públicas e instituições estatais, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

Neste sentido, em 2006, o Ministério da Saúde lançou em âmbito federal a Estratégia Nacional de Prevenção ao Suicídio, contendo as Diretrizes Nacionais de Prevenção ao Suicídio, instituído pela Portaria Nº 1.876, de 14 de agosto de 2006, e lançou o documento intitulado “Prevenção do Suicídio: Manual dirigido a profissionais das equipes de saúde mental” (BRASIL, 2006). Essa iniciativa do governo federal denota a proporção que o suicídio tomou na sociabilidade capitalista no Brasil, necessitando de ações continuadas e sistematizadas dos órgãos públicos dos Estados, Municípios e do DF. O artigo 2º da Portaria em questão, define as seguintes diretrizes para a prevenção ao suicídio:

- I - desenvolver estratégias de promoção de qualidade de vida, de educação, de proteção e de recuperação da saúde e de prevenção de danos;
- II - desenvolver estratégias de informação, de comunicação e de sensibilização da sociedade de que o suicídio é um problema de saúde pública que pode ser prevenido;
- III - organizar linha de cuidados integrais (promoção, prevenção, tratamento e recuperação) em todos os níveis de atenção, garantindo o acesso às diferentes modalidades terapêuticas;
- IV - identificar a prevalência dos determinantes e condicionantes do suicídio e tentativas, assim como os fatores protetores e o desenvolvimento de ações intersetoriais de responsabilidade pública, sem excluir a responsabilidade de toda a sociedade;
- V - fomentar e executar projetos estratégicos fundamentados em estudos de custo-efetividade, eficácia e qualidade, bem como em processos de organização da rede de atenção e intervenções nos casos de tentativas de suicídio;
- VI - contribuir para o desenvolvimento de métodos de coleta e análise de dados, permitindo a qualificação da gestão, a disseminação das informações e dos conhecimentos;
- VII - promover intercâmbio entre o Sistema de Informações do SUS e outros sistemas de informações setoriais afins, implementando e aperfeiçoando permanentemente a produção de dados e garantindo a democratização das informações; e
- VIII - promover a educação permanente dos profissionais de saúde das unidades de atenção básica, inclusive do Programa Saúde da Família, dos serviços de saúde mental, das unidades de urgência e emergência, de acordo com os princípios da integralidade e da humanização.

Para a atuação do Serviço Social por estas diretrizes, os profissionais necessitam de conhecimento sobre os aparatos estatais de combate ao suicídio, além de serem participantes das equipes profissionais no âmbito das políticas de Saúde Mental. A rede de proteção ao suicídio, focando em sua prevenção e tratamento, se tornou uma das possibilidades de atuação profissional do Serviço Social. Essa rede, segundo os documentos supracitados, deve ser constituída por dois níveis de um conjunto de ações. Os serviços de saúde mental e da atenção primária, formado por profissionais da vigilância epidemiológica, formam o primeiro nível, pois constroem juntos os planos de cuidados para cada caso (BRASIL, 2006). Nesse nível, atuação do assistente social se faz nas equipes mínimas de saúde mental atuando como um profissional que possui capacidade teórico-metodológica de entender a realidade social, bem como os determinantes sociais das demandas dos usuários, abarcando a totalidade histórica da vida social e as implicações do suicídio na sociedade brasileira atual.

O segundo nível, por sua vez, diz respeito ao trabalho em rede, integrando setores diversos, públicos ou não, que definiram e aplicaram medidas de apoio às pessoas em situação de vulnerabilidade, abarcando também as suas famílias (BRASIL, 2006). Aqui, o assistente social deve ser um profissional que procura viabilizar o acesso às redes institucionais a fim de que o usuário tenha suas demandas atendidas na totalidade, atendendo também às famílias dos pacientes que estão em vulnerabilidade por causa das ocorrências de suicídios.

Logo, o Serviço Social é uma profissão que poderá atuar nos dois níveis de prevenção ao suicídio, tanto no atendimento às vítimas de tentativas, como no encaminhamento destas, visando a qualidade dos serviços ofertados, integrando-as às redes intersetoriais, sempre buscando entender a dinâmica dos processos sociais em sua totalidade. Por isso, se faz necessário que o profissional esteja atento às implicações postas pelo suicídio na sociedade brasileira contemporânea.

Por conseguinte, conforme a Portaria GM/MS Nº 1.271/2014, devem ser de notificação imediata, em âmbito municipal, os casos de tentativa de suicídio (e de violência sexual), seguindo, para tal, o fluxo de compartilhamento entre as esferas de gestão do SUS estabelecido pela Secretaria de Vigilância em Saúde

- Ministério da Saúde. Essa notificação deve ser realizada imediatamente pelo profissional responsável pelo primeiro atendimento ao (à) paciente, em até 24 horas após o atendimento, pelo meio mais rápido possível (BRASIL, 2014).

Diante disso, o assistente social ganha um papel relevante no atendimento aos pacientes vítimas de tentativas de suicídio, trabalhando na identificação, prevenção e encaminhamento para a rede institucional de atendimento. Ainda que seja em diversos campos de atuação, como, por exemplo, nas políticas de Assistência Social ou de Saúde, o profissional deve estar atento aos documentos normativos da profissão e das políticas em questão para agir frente aos usuários que mostrarem-se vítimas de tentativas de suicídio, agindo principalmente na comunicação direta com o usuário e pela comunicação sem desvios com sua equipe de trabalho, visando uma atuação interdisciplinar e integral com o usuário identificado pelo profissional.

Os devidos encaminhamentos realizados pelo profissional devem fazer parte do cuidado com o paciente que tentou (ou foi identificado que tentará) suicídio, iniciando um processo de atenção às necessidades daquele sujeito. Feito isso, as unidades de emergência da política de saúde se tornam porta de entrada para este paciente, sendo mencionado ao profissional de saúde mental para os devidos encaminhamentos, podendo ser para os CAPS ou para o Programa de Saúde da Família (PSF)²⁸, que devem promover um esforço efetivo e articulado de apoio e tratamento a essas pessoas, colaborando para prevenção de novas tentativas.

Com isso, para uma atuação ainda mais eficaz, o assistente social deve estar atento às situações de vulnerabilidade social que possuem relação com o suicídio. Entre elas, destacam-se: violência familiar e o sentimento de desamparamento e desagregação; crianças e adolescentes nas ruas, em

²⁸ Desde 2004, o Ministério da Saúde implantou o PSF. Esse programa se apresenta como uma estratégia de reverter a forma contemporânea de prestação de assistência à saúde, caracterizando-se como uma proposta de reorganização da atenção básica. Tem como pressuposto a atuação em saúde não mais centrada apenas na assistência à doença, mas na promoção de qualidade de vida e na intervenção nos fatores que a colocam em risco. Desta maneira, é gerado uma indissociabilidade entre os trabalhos clínicos e a promoção da saúde. Através de encaminhamento, o PSF possibilita que o paciente acesse de uma maneira mais completa a atenção básica em saúde. (Departamento de Atenção Básica, 2000)

abandono ou vítimas de abusos e maus tratos; idosos sem convivência familiar ou vítimas de maus tratos; e pessoas que usam substância psicoativas em excesso, além de outras circunstâncias. Essas situações mostram a existência de um quadro de grande vulnerabilidade podendo acarretar em depressão, desesperança, desamparo e desespero, que constituem os “4 D” os quais ajudam a identificar as pessoas em situação de risco para o suicídio (BRASIL, 2006; SANTOS, NASCIMENTO & ROSA, 2016). O assistente social, seja em qualquer campo de trabalho ou atuando na política de saúde mental (aqui principalmente), deve estar atento a tais indicadores para poder atuar com rapidez e eficiência diante da problemática em questão.

A rotina de trabalho dos assistentes sociais, seja nos CAPS, nas unidades de saúde, ou em outras instituições, os bota em contato constante com pessoas em situação de vulnerabilidade social e em relação ao suicídio. Sua percepção para o problema e principalmente sua capacidade de se integrar à rede local de prevenção e controle pode ser decisiva para a identificação e para tratamento dessas pessoas. (SANTOS, NASCIMENTO & ROSA, 2016, p. 23)

Por isso, o profissional deve se capacitar e se revestir de um arcabouço teórico crítico que o permita ler a realidade de uma maneira mais ampla, que abarque a totalidade da vida social, entendendo que estas pessoas estão inseridas em uma dinâmica macrossocietária que as influenciam em suas vidas privadas, buscando abstrair as aparências das demandas para entendê-las de fato. Isso demonstra como a tradição marxista, adotada de maneira hegemônica na profissão desde os finais do século passado, tem orientado a prática profissional do assistente social frente ao objeto em estudo e às demandas a ele inerentes.

Na intervenção com os usuários, o Serviço Social se arma do arcabouço teórico-metodológico que o permite refletir e intervir na realidade a partir do materialismo histórico-dialético²⁹. Abarcando a historicidade e a totalidade da

²⁹ “O Método Dialético de Marx esclarece a realidade constituída pela sociedade capitalista (capital x trabalho), que na área do Serviço Social, procedendo-se no conhecimento em relação à Questão Social como objeto a ser ‘desvendada’ nas vidas dos usuários, historicidade: História de vida do usuário, Contradição: ‘obstáculos’ que se colocam para um olhar crítico a formação no atual contexto da historicidade de vida dos usuários e Totalidade: trabalho de ‘múltiplos fatores’ com a prática e a teoria (práxis), chegando então a uma análise concreta” (TÜRK, M. G. M. G, 2008 apud APPEL, 2017, p. 06).

vida social, a prática dos assistentes sociais se faz de maneira crítica, através da leitura da realidade social, visando a transformação para melhor da realidade do usuário demandante de seus serviços.

Portanto, cabe à categoria profissional, através do constante aprimoramento intelectual, se apropriar da teoria social crítica, para se ter uma prática profissional competente e comprometida com a garantia de direitos, e não à restrição destes; e do extenso debate acerca do suicídio, para que se efetive na realidade do cotidiano uma prática interventiva nos casos de prevenção e combate ao problema em questão. Posto isso, visando uma análise mais profunda sobre a atuação dos assistente sociais nesse campo, faz-se necessário uma adensamento sobre as ações do Estado brasileiro frente à problemática em questão na última década (2010-2019).

A partir de 2006, o Ministério da Saúde (MS) se posicionou de maneira mais incisiva frente às altas taxas de suicídio da população brasileira como já pontuado anteriormente. Por conseguinte, visando efetivar as estratégias do MS, no ano de 2017, foi instituído, pela portaria nº 3.479, de 18 de dezembro, o Comitê composto por representantes das Secretarias do MS e OPAS/OMS, para a elaboração e operacionalização do Plano Nacional de Prevenção do Suicídio no Brasil, uma Agenda de Ações Estratégicas, além de outras atividades (BRASIL, 2017).

Isso se refletiu, em 2017, na formulação pelo mesmo ministério do documento intitulado “Agenda de Ações Estratégicas para a Vigilância e Prevenção do Suicídio e Promoção da Saúde no Brasil (2017-2020)” (BRASIL, 2017). Esse documento, em forma de cartilha, entende o suicídio como um fenômeno multifacetado e que necessita de uma gama de ações em saúde pública. Além disso, é importante lembrar que, desde 2015, se realiza no Brasil a campanha denominada “Setembro Amarelo³⁰”, criada pelo CVV.

³⁰ Se constitui uma campanha de conscientização sobre a prevenção ao suicídio. Tem como objetivo alertar a população sobre a realidade do índice de suicídios no Brasil, bem como no mundo, visando a sua prevenção. Ocorre no mês de setembro, desde 2015, com ações em locais públicos onde são colocados figuras de laços amarelos. Para mais informações sobre o programa: <http://www.setembroamarelo.org.br/>

O documento de 2017, tem como um dos seus objetivos a procura para que se “amplie e fortaleça as ações de vigilância e prevenção do suicídio, e agregue novos atores para sua implementação” (BRASIL, 2017, p. 07). Pode-se deduzir que esses novos atores abarcam tanto as profissões que já estavam atuando frente ao problema, quanto novas profissões e instituições que aceitariam o desafio da complexidade do suicídio na sociedade brasileira. O assistente social, à vista disso, deve ser um profissional que agregue nas ações de vigilância e prevenção do suicídio.

O documento em tela, traz como objetivo principal a busca por

Ampliar e fortalecer as ações de promoção da saúde, vigilância, prevenção e atenção integral relacionadas ao suicídio, com vistas à redução de tentativas e mortes por suicídio, considerando os determinantes sociais da saúde e as especificidades de populações e grupos sociais em situação de maior vulnerabilidade a esse fenômeno e os municípios e grupos de municípios com alta concentração de suicídio, no período de 2017 a 2020. (BRASIL, 2017, p. 12)

Nota-se que há uma preocupação sobre os determinantes sociais da saúde e das particularidades sobre as altas taxas de suicídio da população brasileira. Isso denota uma vultosa importância para a atuação dos assistentes sociais frente ao problema, pois estes profissionais são capacitados para intervir na realidade da vida social da população brasileira, seja através de pesquisas sobre o tema e/ou seja através das atuações concretas diretamente com os usuários, procurando meios para inseri-los nas redes de proteção social. Isso se torna uma particularidade da profissão, pois a sua formação é pautada nas “dimensões investigativa e interventiva³¹” (ABESS, 1997, p. 61), possibilitando

³¹ Considera-se a investigação e a intervenção como expressões das competências/atribuições profissionais do assistente social. Esses elementos constituem-se como meios onde a ação profissional se concretiza nos campos de trabalho, demonstrados a partir da adoção do referencial teórico-metodológico extraído da tradição marxista. A dimensão interventiva da profissão se dá nas relações sociais postas na sociedade brasileira atual. O assistente social ganha relevância no processo de produção e reprodução das relações sociais, estando inserido na polarização dos interesses antagônicos das classes sociais. Por tal motivo, suas ações profissionais se dão nesse limbo, intervindo diretamente na vida social. Por outro lado, a investigação se faz presente como um trato rigoroso da questão social e de suas particularidades na realidade social, buscando compreender as suas determinações na realidade brasileira. O profissional do Serviço Social é um pesquisador que busca entender a essência das demandas que chegam a ele nos seus diversos campos. Esse elemento possibilita o profissional de intervir profissionalmente de uma maneira crítica e consciente do seu papel na sociedade de classes. (ABESS/CEDEPSS, 1996)

que este profissional tenha uma prática profissional que fomente a transformação da realidade social dos usuários, agindo, desta maneira, na busca pelo fortalecimento das ações de promoção à saúde, a fim de promover uma atenção integral relacionada ao suicídio.

Além desse objetivo central, que perpassa a atuação dos assistentes sociais brasileiros, o documento que está sendo analisado apresenta como um dos objetivos específicos a atuação de profissionais inseridos em diversos campos de atuação, não se restringindo ao campo da saúde, percorrendo a atuação dos diversos assistentes sociais inseridos em diversas políticas. Estes profissionais também devem atuar sobre os determinantes sociais do suicídio, que, como pontuado neste trabalho, não se reduz à saúde. Esse objetivo é assim definido:

Sensibilizar e mobilizar o campo da saúde e demais setores governamentais (educação, justiça, assistência social, cultura, trabalho e emprego, previdência, agricultura e outros) das gestões federal, estadual e municipal, bem como a sociedade civil, para atuar sobre os determinantes sociais relacionados ao fenômeno do suicídio, especialmente os socioeconômicos, ambientais, de trabalho e ocupação, étnico-raciais, de gênero, identidade de gênero e orientação sexual, e outros;(BRASIL, 2017, p. 12)

Esse objetivo denota a importância da atuação de diversos profissionais em distintas políticas públicas no enfrentamento da problemática em questão. Os assistente sociais inseridos em seus diversos espaços sócio-ocupacionais devem se atentar para as implicações da população usuária ao fenômeno do suicídio, realizando as devidas intervenções e encaminhamentos, sempre dentro de suas competências e atribuições. Não é papel apenas dos assistentes sociais inseridos na política de saúde, mas de todos os assistentes sociais, desde os inseridos em políticas de Habitação até aos que estão inseridos em Recursos Humanos. Em síntese, o que se pretende dizer aqui é que a categoria profissional deve abraçar o desafio de ser uma profissão comprometida com a problemática do suicídio, entendendo que este fenômeno traz um grande sofrimento para a população brasileira, para as famílias das vítimas, para os que já tentaram (e que, provavelmente, irão tentar de novo) se matar, etc.

A atuação profissional deve se comprometer com o enfrentamento do suicídio, pois sua configuração na sociedade atual se tornou uma nova expressão da Questão Social, como pontuado outrora. Por isso, se faz necessário o conhecimento aprofundado e crítico das ações do MS frente às altas taxas de suicídio da população brasileira na última década pela categoria profissional. Esse é um campo de atuação dos assistentes sociais que ainda não foi apropriado com solidez, pois a produção teórica a respeito do tema quase é inexistente e pouco se fala sobre isso na produção acadêmica em Serviço Social. Diante disso, se faz necessário uma nova postura profissional, comprometida com o fortalecimento dos elementos nos quais o Estado tem adotado para a prevenção e combate ao suicídio.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste estudo, é visto que o suicídio se torna um tema complexo e de múltiplas determinações. Ademais, ele foi caracterizado de maneira incisiva como uma das expressões da questão social em tempos de Capitalismo Monopolista no Brasil. Portanto, hoje, entende-se que o suicídio, por se tratar de uma expressão da questão social, é uma demanda recorrente aos assistentes sociais que atuam nos diversos campos de trabalho, especialmente os que atuam na política de Saúde Mental, referenciada nos CAPS.

Portanto, visando uma atuação do Serviço Social por meio das diretrizes de prevenção ao suicídio do Ministério da Saúde pontuadas anteriormente, os profissionais necessitam de conhecimento sobre os aparatos estatais de combate ao suicídio, além de serem participantes das equipes profissionais no âmbito das políticas de Saúde Mental. A rede de proteção ao suicídio, focando em sua prevenção e tratamento, se tornou uma das possibilidades de atuação profissional do Serviço Social. Essa rede, segundo os documentos supracitados, deve ser constituída por dois níveis de um conjunto de ações. Os serviços de saúde mental e da atenção primária, formado por profissionais da vigilância epidemiológica, formam o primeiro nível, pois constroem juntos os planos de cuidados para cada caso (BRASIL, 2006). Nesse nível, atuação do assistente social se faz nas equipes mínimas de saúde mental atuando como um profissional que possui capacidade técnico-operativa de entender a realidade social, bem como os determinantes sociais das demandas dos usuários, abarcando a totalidade histórica da vida social e as implicações do suicídio na sociedade brasileira atual.

Em conseqüente, o segundo nível, por sua vez, diz respeito ao trabalho em rede, integrando setores diversos, públicos ou não, que definiram e aplicaram medidas de apoio às pessoas em situação de vulnerabilidade, abarcando também as suas famílias (BRASIL, 2006). Aqui, o assistente social deve ser um profissional que procura viabilizar o acesso às redes institucionais a fim de que o usuário tenha suas demandas atendidas na totalidade, atendendo também às famílias dos pacientes que estão em vulnerabilidade por causa das ocorrências

de suicídios. Essas características da atuação do Serviço Social devem ser consideradas e aprofundadas em estudos futuros.

Contudo, mesmo diante do que foi apreendido e avançado neste estudo, é notado que há uma grande ausência de formulação teórica e metodológica por parte do Serviço Social sobre o suicídio. Além de ser um tabu, o tema em tela tende a ser menosprezado por profissões que não se reconhecem como parte efetiva da prevenção e do tratamento das vítimas. Ainda assim, o Serviço Social é caracterizado como uma profissão da área da saúde e, por isso, deve se comprometer com uma atuação que auxilie no enfrentamento aos altos índices de mortes voluntárias no Brasil.

Além disso, foi notado que o suicídio ganha uma nova configuração na sociabilidade capitalista nos dias atuais. Os altos índices de suicídio crescem conjuntamente com as crises estruturais e cíclicas do capitalismo contemporâneo, demonstrando, assim, uma relação dialética entre estes dois eixos temáticos: capitalismo e suicídio. Isso demonstra uma necessidade de intervenção na configuração das relações sociais postas na sociedade brasileira atual, denotando um espaço de atuação específico dos assistentes sociais.

Sendo assim, o presente trabalho se caracterizou como um processo revelador da necessidade de se realizar novos estudos sobre esta temática por parte dos assistentes sociais, a fim de aprimorar o conhecimento crítico sobre a realidade brasileira frente às altas taxas de suicídio. E, além disso, revelou uma necessidade de uma aprimoração de novas maneiras de intervenção frente aos usuários (e suas famílias) que se tornaram vítimas do suicídio.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. Caderno ABESS n. 07. **Caderno Especial: Formação Profissional: trajetórias e desafios.** Cortez, São Paulo: 1996.

ALVES G. **Marxismo, a alienação e o tempo histórico da barbárie social do capital.** Revista Katálysis, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 57-62, jan./jun. 2013. Disponível em: Acesso em: Maio de 2019

_____. **Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

APPEL, N.M. **O Assistente Social inserido na Saúde Mental e suas Estratégias de Intervenção.** In: VIII Jornada Internacional Políticas Públicas. UFSM. Maranhão, 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo8/oassistentesocialinseridonasaudentalesuasestrategiasdeintervencao.pdf>. Acessado em Junho de 2019.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho.** 6ª Ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. Século XXI: **Nova era da precarização estrutural do trabalho.** Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho - São Paulo, 28 e 29 de novembro de 2008. Disponível em: <http://www.fundacentro.gov.br/Arquivos/sis/EventoPortal/AnexoPalestraEvento/Mesa%201%20-%20Ricardo%20Antunes%20texto.pdf>. Acessado em Maio de 2019

BASTIDE, Roger. **Os suicídios em São Paulo, segundo a cor.** Boletim de Sociologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, USP, n.71, p.1-49. 1943.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história.** São Paulo : Cortez, 2011. (Biblioteca Básica de Serviço Social, 2)

BOTEGA, Neury José. **Suicídio: saindo da sombra em direção a um Plano Nacional de Prevenção.** Rev Bras Psiquiatr. 2007;29(1):7-8. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/34752/1/S1516-44462007000100004.pdf>. Acessado em: 17 de junho de 2018.

BRASIL. **Agenda de Ações Estratégicas para a Vigilância e Prevenção do Suicídio e Promoção da Saúde no Brasil.** Ministério da Saúde. P.36. Brasília, 2017.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acessado em junho de 2019.

BRASIL, **portaria ms nº 1.271**, de 6 de junho de 2014, dispõe a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública. 2014.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Prevenção do Suicídio**: manual dirigido a profissionais das equipes de saúde mental. Brasília: Ministério da Saúde/ Organização Panamericana de Saúde/ Universidade Estadual de Campinas, 2006.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **As duas fases da história e as fases do capitalismo**. Escola de Economia de São Paulo - FGV-EESP: Textos para discussão. Abril de 2011. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8081/TD%20278%20-%20Luiz%20Carlos%20Bresser%20Pereira.pdf> Acessado em: 17 de junho de 2018.

CAMPOS, M. R. **Trabalho, Alienação e Adoecimento Mental**: as metamorfoses no mundo do trabalho e seus reflexos na saúde mental dos trabalhadores. In: DOI - v21 nº 2. 2017. p 797-811

CARDOSO DE MELLO, J.M.C. **O capitalismo tardio**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.182p

CFESS. **Código de Ética do Assistente Social**. 1993.

Crônicas e Notícias. **Brazil-Médico**, ano XIV, n. 15, 22 maio 1900, p. 180.

DECCA, Edgar Salvadori. **O Nascimento das Fábricas**. 9 ed.SP: Brasiliense. 1980.

DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA. **Programa de Saúde da Família**. In: Revista de Saúde Pública. Universidade de São Paulo. Volume 34, nº 3, Junho, 2000. P. 316-19. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v34n3/2237.pdf>. Acessado em junho de 2019

DURKHEIM, E. **O suicídio: Estudo de sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FERNANDES. F. **A revolução burguesa no Brasil**: Ensaio de interpretação sociológica. 3. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FREITAS, W. G. RIBEIRO, L. M. **O Trabalho do Assistente Social como Práxis Transformadora da Realidade**. In: Socializando. ano 1 · nº1 · Jun · p.41-47 · 2014. Disponível em: https://www.fvj.br/revista/wp-content/uploads/2014/11/4s_v1n12014.pdf. Acessado em Maio de 2019.

FREIXINHO, Luiza Maria Corrêa. **FORMAÇÃO CAPITALISTA BRASILEIRA ACUMULAÇÃO DE CAPITAL NO BRASIL: EVOLUÇÃO DAS FORMAS DE GERAÇÃO, APROPRIAÇÃO E REALIZAÇÃO DO EXCEDENTE ECONOMICO**. Tese (Mestrado em Administração Pública). Fundação Getúlio Vargas, Escola Brasileira de Administração pública. 2010. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8786/000019016.pdf> Acessado em: 17 de junho de 2018.

GOMES, F. R. **A Bolsa de Valores brasileira como fonte de informações financeiras**. *Perspect. cienc. inf.* Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 189 - 202, jul./dez.1997. Disponível em:

<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/viewFile/633/422>
Acessado em Maio de 2019

GUERRA, I. **Instrumentalidade do processo de trabalho e serviço Social**. Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, n.62, 2000, p. 5-34.

_____. **O prometo profissional crítico**: estratégia de enfrentamento das condices contemporâneas da prática profissional. Serviço Social & Sociedade 91. Especial: Projeto profissional e conjuntura. São Paulo: ano XXVI, n. 91, p.5-33, 2008.

GUIMARÃES, V. **Os dramas da cidade nos jornais de São Paulo na passagem para o século XX**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, nº 53, p. 323-349. 2007.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da Mudança cultural. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 25. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

IAMAMOTO, M. V. **A questão social no capitalismo**. Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflina, 2001.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 26^a Ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo, Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela, CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 10 ed. São Paulo: Cortez; Lima (Peru): CELATS, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

IANNI, O. **A dialética da história**. In: D'INCAO, M. A. (org.). História e ideal: Ensaio sobre Caio Prado Júnior. São Paulo: Unesp/Brasiliense, 1989.

JAMISON, K.R. **Quando a noite cai**: Entendendo o suicídio. Rio de Janeiro: Gryphus. 2002.

MARX, K. **Introdução à Contribuição para a Crítica da Economia Política**. 2^a Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 288p. Disponível em: <http://lutasocialista.com.br/livros/MARX%20E%20ENGELS/MARX,%20Karl.%20Contribui%20E7%20E3o%20%E0%20Cr%20EDtica%20da%20Economia%20Pol%20Dtica.pdf> Acessado em Maio de 2019.

MARX, K. **O Capital**. Livro 1. 16^aEd. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Sobre o suicídio**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. (2004) **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Boitempo Editorial, São Paulo, 2004.

_____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução de Alex Martins. São Paulo: Martin Claret, 2005.

_____. **A ideologia alemã (I-Feuerbach)**. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 6. ed. São Paulo: HUCITEC, 1987, p. 26-39.

MARX, K; ENGELS, F. **Textos sobre a Educação e Ensino**. 4. Ed. São Paulo: Centauro, 2004.

_____. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Manifesto comunista**. Boitempo Editorial, 1998.

MOTA, A. E. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. In: Serviço Social e Sociedade. n. 120. São Paulo, 2014. p. 694-705.

NETTO, P. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J.P **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 7. Ed. São Paulo, Cortez, 2009.

NETTO, J. P. **A construção do projeto ético-político do serviço social frente à crise contemporânea**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília, DF: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, módulo 1, p.91-110, 2000.

NOBRE, P. A. M. **A CIDADE E O CAPITAL**: um breve histórico da situação da classe operária. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos - Área I, artigo 17. 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area1/area1-artigo17.pdf> Acessado em Maio de 2019

ODA, A.M.G.R. OLIVEIRA, S. V. **O suicídio de escravos em São Paulo nas últimas duas décadas da escravidão**. v.15, n.2, p.371-388, abr.-jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v15n2/08.pdf> Acessado em Maio de 2019.

ORELLANO, Miguel H. **Trabajo, Desocupación y Suicidio**. Efectos psicosociales del desempleo. 1a ed. Buenos aires: Lumem-Humanitas, 2005. 152 p.

POCHMANN, M. **Força e fraqueza do capitalismo industrial no Brasil**. In: Brasil sem industrialização: a herança renunciada [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016, pp. 66-104.

_____. **Estado e Capitalismo no Brasil**: A inflexão atual no padrão das políticas públicas do ciclo político da Nova República. Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº. 139, p.309-330, abr.-jun., 2017. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00309.pdf>. Acessado em Maio de 2019

SALVADOR, E. **O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal**. In: Serviço Social e Sociedade. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 130, p. 426-446, set./dez. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n130/0101-6628-sssoc-130-0426.pdf>. Acessado em Maio de 2019

SANTOS, A.D. NASCIMENTO, L.Q. ROSA, T.P. **O Serviço Social no Atendimento ao Usuário Vítima de Tentativa de Suicídio: Desafios e Possibilidades**. Tese (Graduação em Serviço Social) - Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, EMESCAM. Vitória - Espírito Santo. P. 28. 2016.

SANTOS, Dalmo Duque dos. **Nova História do Espiritismo**. Limeira, SP: 1ª Ed. Editora do Conhecimento, 2010.

SELIGMANN-SILVA, E. **Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo**. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, I. M. F. da. **QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL NA FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA**. Revista Temporalis. Ano 13, n. 25, p. 261-278, jan./jun. 2013. Brasília, 2001.

SODRÉ, Azevedo. **O Brazil-Médico**:. Revista semanal de medicina e cirurgia. Rio de Janeiro: 1917. Disponível em: < <https://www.obrasraras.fiocruz.br/media.details.php?mediaID=174>> Acessado em Outubro de 2018.

VASCONCELOS, E.M. **Saúde Mental e Serviço Social: O desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade**. Editora: Cortez Editora, São Paulo. 2000.

VENCO, Selma. BARRETO, Margarida. **O sentido social do suicídio no trabalho**. Revista Espaço Acadêmico – Nº 108. 2010.

YAZBEK, M. C. **Pobreza e Exclusão Social: expressões da questão social no Brasil**. Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

YAZBECK, M. C. **A dimensão política do trabalho do assistente social**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 120, p. 677-693, out./dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n120/05.pdf>. Acessado em Maio de 2019